

**Relatório Final da Pesquisa Arqueológica Preventiva
Quintal do Museu Casa dos Ottoni, Serro/MG**



**Projetos de Paisagismo, Arqueologia, Arquitetura, Engenharia e
Complementares para o Museu Regional Casa dos Ottoni e seu anexo
administrativo – Serro/MG**



Ministério da
Cultura



Belo Horizonte
Maio de 2017

FICHA TÉCNICA**PROPRIETÁRIO**

INSTITUTO DO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM
Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM
SBN, quadra 2, lote 8, bloco N, Edifício CNC III
Brasília - DF - CEP 70040-020
Telefone: (61) 3521-4215
Email: mrco@museus.gov.br

CONTRATANTE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM MINAS GERAIS – IPHAN-MG
Endereço: Rua Januária, 130 – Floresta – Belo Horizonte/MG –
Contato: Reginaldo Barcelos
Telefone: (31) 3222-2440
Email: alexandre@iphan.gov.br

CONTRATADA

Razão Social: Rabelo Corrêa Arquitetura Paisagismo e Construção Ltda.
CNPJ: 11.409.771/0001-53
Endereço: Rua do Ouro, 136 – Sala 405 – Serra - Belo Horizonte – 30260-000
Contato: Alceu Brito Corrêa / André Veloso da Silva
Telefone: (31) 4103-5174
Email: contato@integralplanejamento.arq.br

PROCESSO DE LICITAÇÃO NO IPHAN

PORTARIA IPHAN: Nº: 06 de 22 de abril de 2015.
PROCESSO IPHAN Nº: 01514.001692/2015-71.
PORTARIA IPHAN AUTORIZANDO O PROJETO: Nº: 15 de 28 de março de 2016

APOIO INSTITUCIONAL

Museu Regional Casa dos Ottoni.
Endereço: Praça Cristiano Ottoni, 72 – Praia – Serro/MG – 39.150-000
Telefone: (38) 3541-1440
Email: mrco@museus.gov.br

EQUIPE TÉCNICA

Arqueóloga Coordenadora Geral
Juliana de Souza Cardoso
Telefone: (31) 9184-1622
Email: jucardoso.2005@gmail.com

Arqueólogo Coordenador de Campo
Uelde Ferreira de Souza
Telefone: (62) 98282-4458
Email: ueldeferreira@gmail.com

Arqueólogo Responsável pela Curadoria
Prof. Dr. Marcelo Fagundes
Telefone: (31) 9184-1622
Email: marcelo.fagundes@ufvjm.edu.br

Historiadora – Levantamento Histórico
Carolina Novaes Caixeta
Telefone: (31) 96254-5022
Email: cncaixeta@gmail.com

Geógrafos – Elaboração de Documentos Cartográficos
Diego Gontijo Lacerda
Telefone: (31) 99281-8330
Email: dlacerda1711@gmail.com

Fabício Carlos Abreu Penido
Telefone: (31) 99589-7371
Email: fabriciocape@gmail.com

Fabício de Araújo Marins
Telefone: (31) 98229-0878
Email: geomartins79@gmail.com

Auxiliares de campo
Adão Leandro da Silva Santos
Fernando Marques Ferreira
Jeferson Rodrigo Justino Jesus
Renildo Aparecido da Silva

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	6
3.	OBJETIVOS	8
4.	QUINTAL DO MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI	8
4.1.	A EDIFICAÇÃO	8
4.2.	FORMAÇÃO HISTÓRICA	12
5.	METODOLOGIA	41
5.1.	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO	41
5.2.	PROCEDIMENTOS DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA	43
6.	RESULTADOS	54
6.1.	Levantamento Prospectivo	54
6.2.	Intervenções Ampliadas	62
6.2.1.	UNIDADE DE ESCAVAÇÃO 01 – UE01	62
6.2.2.	UNIDADE DE ESCAVAÇÃO 02 – UE02	69
6.2.3.	UNIDADE DE ESCAVAÇÃO 03 – UE03	76
7.	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	83
8.	REFERÊNCIAS	86
9.	ANEXOS	89
9.1.	ANEXO 1: PORTARIA IPHAN No. 15/16 PUBLICADA EM 28/03/2016	90
9.2.	ANEXO 2: OFÍCIO/GAB/IPHAN/MG no. 2828/2016	92
9.3.	ANEXO 3: PONTOS E MALHA DE INTERVENÇÃO/PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA	94
9.4.	ANEXO 4: MAPA DE INTERVENÇÕES E CAMINHAMENTOS	95
9.5.	ANEXO 5: DOSSIÊ FOTOGRÁFICO DE PROCEDIMENTOS ARQUEOLÓGICOS	96
9.6.	ANEXO 6: DOSSIÊ FOTOGRÁFICO DAS PEÇAS SUBMETIDAS À CURADORIA	105
9.7.	ANEXO 7: DOCUMENTOS DIGITAIS	122

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1: Localização do Museu Casa dos Ottoni	9
Figura 2: Vista da Casa dos Ottoni. 1962.	10
Figura 3: Museu Casa dos Ottoni, Fachada Noroeste.	11
Figura 4: Museu Casa dos Ottoni, Fachada Noroeste.	11
Figura 5: Museu Casa dos Ottoni, Fachada Sudeste.	11
Figura 6: Museu Casa dos Ottoni, Fachada Sudoeste.	11
Figura 7: Data de criação da cidade e das vilas registradas na Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes, de 1804.	13
Figura 8: Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes [Caetano Luiz de Miranda, 1804, Arquivo Histórico do Exército, RJ].	15
Figura 9: Uma família de botocudos em viagem.	24
Figura 10: Fisionomia de quatro botocudos e uma múmia.	25
Figura 11: Extração de ouro.	31
Figura 12: Escravos de Cabinda, Quiloa, Rebola e Mina (Rugendas, 1830).	33
Figura 13: Representação da escrava Jacinta.	34
Figura 14: Teófilo Ottoni.	37
Figura 15: Fotografia da Casa dos Ottoni durante a reforma de 1944.	40
Figura 16: Ficha de amostra arqueológica.	51
Figura 17: Ficha de caracterização de intervenções.	52

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 1: Distribuição da população livre da cidade do serro segundo sexo e cor, em 1840.	21
Quadro 2: Distribuição dos quartéis, de aldeias de gentios e de gentios não aldeados nas comarcas da Capitania de Minas Gerais, segundo a “Carta Geográfica” de Miranda, de 1804.	23
Quadro 3: Distribuição da População escrava da cidade do Serro segundo sexo e cor, em 1840	32
Quadro 4: Comunidades de Remanescentes de Quilombolas Certificadas.	35
Quadro 5: Pontos de intervenção e vistoria.	55
Quadro 6: Pontos de coleta de superfície e de sondagem/unidades de escavação.	60

1. INTRODUÇÃO

Este documento vem apresentar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN o *Relatório Final* das atividades desenvolvidas no âmbito do *Projeto de Pesquisa Arqueológica Preventiva no Quintal da Casa dos Ottoni* (Museu Casa dos Ottoni), município do Serro, Minas Gerais, e aprovadas pela PORTARIA IPHAN No. 15 de 2016 – **ANEXO 1: PORTARIA IPHAN No. 15/16 PUBLICADA EM 28/03/2016.**

As atividades de campo foram realizadas entre os dias 25 e 28 de julho de 2016, por meio de caminhamentos, intervenções em subsuperfície, observações e registros textuais, fotográficos e locais. Em paralelo, foram realizadas conversas informais com funcionários do Museu Casa dos Ottoni e do IPHAN, além de ações de Educação Patrimonial. Em um segundo momento, foram realizadas atividades de curadoria e inventário do material exumado em campo, bem como levantamento histórico relacionado à Casa dos Ottoni.

O presente Relatório se distribui da seguinte forma:

A primeira seção constitui a Ficha Técnica, com as informações de identificação do empreendedor, da empresa responsável pelos estudos arqueológicos e a equipe técnica. A segunda seção traz uma breve apresentação do processo, enquanto a terceira parte deste documento apresenta a fundamentação legal orientadora deste trabalho. As seções seguintes se referem, respectivamente, aos objetivos deste Projeto de Arqueologia Preventiva e à caracterização da área de estudo, sobretudo no tocante à história e etnohistória conformadoras do atual município do Serro. Na sequência, são apresentadas a metodologia aplicada para o desenvolvimento dos trabalhos em campo, incluindo a delimitação da área investigada, os Resultados obtidos no desenvolvimento do Projeto de Arqueologia Preventiva e a discussão destes dados. Encerrando o documento, as Referências e os Anexos que fornecem o suporte necessário à compreensão do conteúdo apresentado no corpo do Relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os procedimentos desenvolvidos nesta *Pesquisa Arqueológica Preventiva no Quintal da Casa dos Ottoni* foram orientados pelos diplomas legais e instrumentos normativos vigentes que disciplinam os estudos e a pesquisa do patrimônio arqueológico nacional.

Dentre estes documentos legais e normativos, devem ser observados:

- Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- Lei nº 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional;
- Constituição Federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV), que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216;
- Portaria SPHAN/MinC nº 07, de 01/12/1988, que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional;
- Portaria IPHAN/MinC nº 230, de 17/12/2002, que define o escopo dos estudos arqueológicos a serem desenvolvidos nas diferentes fases de licenciamento ambiental.

Em 2015, foram publicados dois novos instrumentos legais, que definem novos procedimentos relativos ao licenciamento ambiental e aos estudos arqueológicos que devem ser realizados para este fim. São eles:

- Portaria Interministerial nº 60, de 24/03/2015, que disciplina a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA. Entidades estas, a saber, a Fundação Nacional do Índio/FUNAI, da Fundação Cultural Palmares/FCP, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN e do Ministério da Saúde. Esta Portaria revoga a Portaria Interministerial nº 419, de 26/10/2011;
- Instrução Normativa IPHAN/MinC nº 01, de 25/03/2015, que estabelece os procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Esta Instrução Normativa revoga a Portaria IPHAN/MinC nº 230, de 17/12/2002.

Importante destacar que o Projeto a que este Relatório se refere foi desenvolvido e terá seus resultados apresentados de acordo com os procedimentos definidos nos documentos integrantes do Edital TP-52/2014, a saber:

- a) Termo de Referência de Arqueologia em Minas Gerais – 13ª. SR/IPHAN;
- b) Nota Técnica: Justificativa para a contratação de serviços de arqueologia para o Museu Regional Casa dos Ottoni – Serro/MG;
- c) Nota Técnica sobre a especificação do serviço de arqueologia a ser desenvolvido nos quintais da Casa dos Ottoni. Item 2.4 do Anexo I, Projeto Básico do Edital para Projeto Arquitetônico do Anexo do Museu Casa dos Ottoni – Serro, MG.
- d) Anexo 1.0 - PROJETO BÁSICO

...“Para realização de **Serviços de Arqueologia** a empresa deverá mapear a existência de vestígios arqueológicos no terreno onde será projetado o anexo do Museu Regional Casa dos Ottoni, de modo a compatibilizar o projeto da obra com a proteção e valorização do possível sítio arqueológico existente no local: elaboração de projeto de pesquisa arqueológica para prospecção e resgate e sua execução na área dos fundos do museu para determinar um local de menor impacto ao patrimônio arqueológico para instalação de um novo anexo para evidênciação de possíveis estruturas e a recuperação de artefatos. A pesquisa deverá envolver a área de prospecção intensiva (de 2000m² ou conforme Imagem 01) e identificação de estruturas em superfície em todo o entorno restante contido na gleba (**Imagem 01**) do

museu. A pesquisa arqueológica deverá resultar em relatório contendo informações e valorações dos vestígios presentes na área para orientar a elaboração do projeto arquitetônico de forma a valorizar a presença do sítio no terreno, permitindo sua fruição e entendimento por parte do público em geral, além de permitir o novo uso do terreno e do prédio do anexo a ser projetado.

1.1. SERVIÇOS DE ARQUEOLOGIA

- 1.1.1. **Projeto de pesquisa arqueológica** para evidenciar de eventuais vestígios arqueológicos presentes no terreno do museu. O projeto deverá prever sondagens intensivas na área de implantação e caminhamento e registro de outras estruturas presentes no restante do terreno. O projeto deverá ser protocolado no Iphan-MG para aprovação e emissão de portaria de permissão.
- 1.1.2. **Execução da Pesquisa** conforme projeto aprovado pelo Iphan-MG. Prospeção da área de possível instalação do anexo, caminhamentos e registro de outras estruturas no restante da gleba e eventual resgate de material ou evidênciação de estruturas, curadoria e inventário do Material Arqueológico.
- 1.1.3. **Entrega de Relatório** detalhado contendo mapeamento completo das estruturas ou artefatos presentes no terreno onde será projetado o anexo do Museu Regional Casa dos Ottoni, de modo a compatibilizar o projeto da obra com a proteção e valorização do possível sítio arqueológico existente no local. O relatório deverá servir de subsídio à elaboração do projeto arquitetônico do Anexo do Museu Casa dos Ottoni.
- 1.1.4. Curadoria e inventário do material arqueológico recolhido e/ou exumado. O material deve ser entregue limpo, inventariado e embalado para guarda. A guarda do material eventualmente exumado será feita pelo Museu da Casa dos Ottoni.

3. OBJETIVOS

O objetivo geral desta *Pesquisa de Arqueologia Preventiva* é assegurar a preservação da memória nacional, materializada nos vestígios arqueológicos ocorrentes na área alvo de estudo, atendendo aos procedimentos e padrões inscritos na legislação vigente e instrumentos normativos da disciplina arqueológica.

Os objetivos específicos deste Projeto são:

- Realizar caminhamentos prospectivos na área do Anexo do Museu Regional Casa dos Ottoni e seu entorno;
- Evidenciar, delimitar e promover o resgate dos elementos arqueológicos identificados na área projetada, para a implantação do Anexo do Museu Regional Casa dos Ottoni;
- Realizar o estudo dos materiais eventualmente coletados na área alvo investigação;
- Promover a contextualização dos achados, eventualmente identificados em campo;
- Limpar, inventariar e embalar o material exumado em campo, caso venha a ocorrer;
- Elaborar relatório final com rubrica “Relatório Final de Arqueologia Preventiva”.

4. QUINTAL DO MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI

4.1.A EDIFICAÇÃO

O Museu Regional Casa dos Ottoni se localiza no município do Serro, microrregião de Conceição do Mato Dentro. A edificação, conforme informado pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (2014), está situada em ponto historicamente privilegiado do município do Serro,

correspondendo à região onde se instalaram os primeiros assentamentos que deram origem ao arraial (**Figura 1**).

Ainda segundo o IBRAM (2014), o Museu Casa dos Ottoni é:

sediado em uma edificação provavelmente do final do século XVIII, residência natal dos irmãos Teófilo Ottoni e Cristiano Benedito Ottoni, localizada na Praça Cristiano Ottoni, nº72, próximo à Igreja Bom Jesus de Matozinhos e à Rua Matozinhos, também conhecida como Ladeira da Matriz, Rua que forma um eixo entre a já citada igreja e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

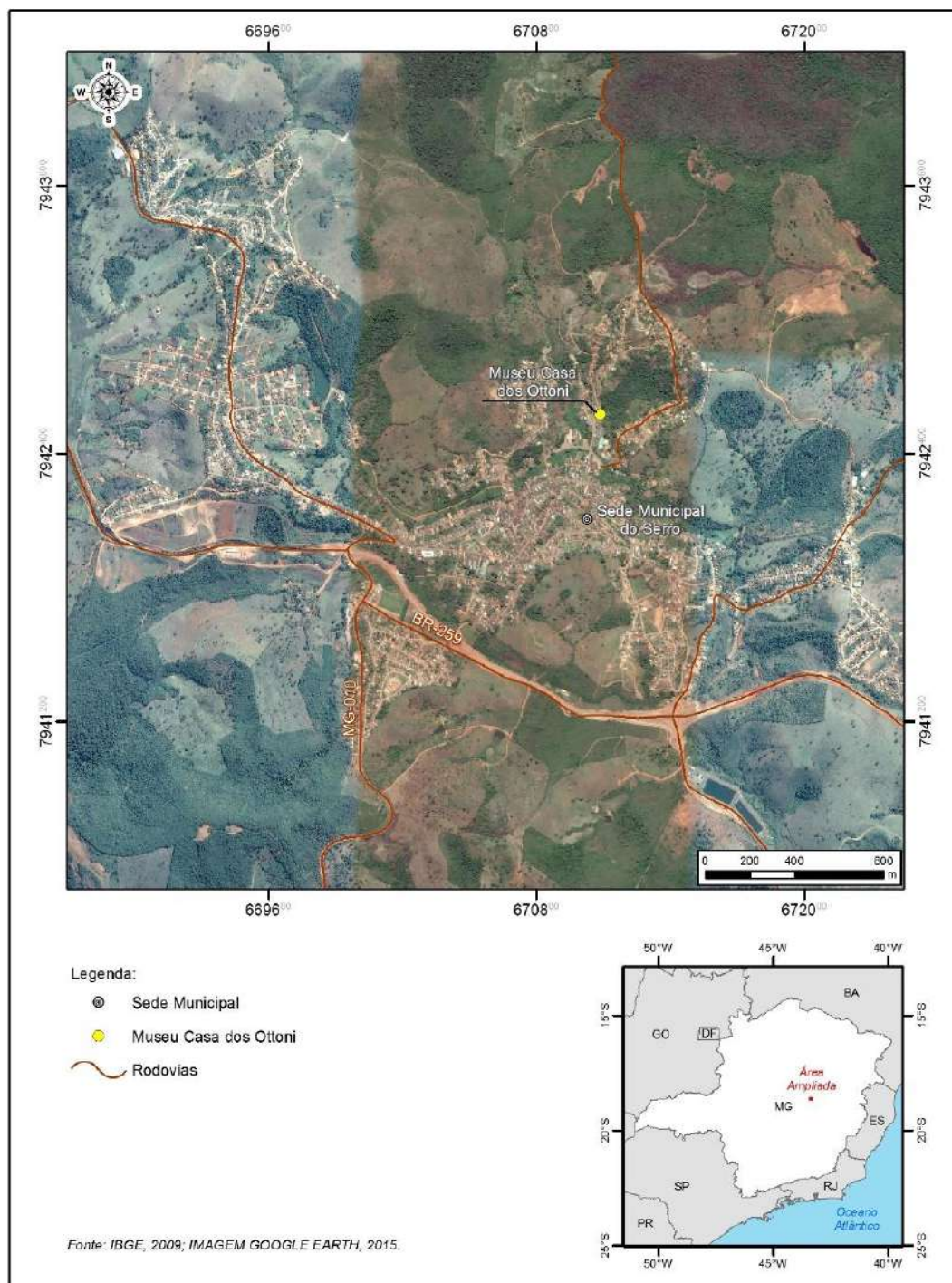


Figura 1: Localização do Museu Casa dos Ottoni

Conforme dados constantes no registro de tombamento da edificação, o edifício foi construído, provavelmente, ainda no século XVIII. A importância histórica da casa está relacionada à família dos Ottoni, descendente de italianos e de um ramo da família do bandeirante paulista Fernão Dias Paes Leme (IPHAN. Livro Histórico, Nº Processo:0425-T, 1950).



Figura 2: Vista da Casa dos Ottoni. 1962.
Fonte: Irmãos Mazzoni, Laboratório de Foto documentação Sylvio de Vasconcellos (Apud, IBRAM, 2014).

Segundo dados disponibilizados pelo IBRAM (idem), a edificação foi construída em estrutura de madeira e vedação de taipa de sebe, que atualmente se encontra parcialmente substituída por alvenaria de tijolos cerâmicos maciços. Por causa do seu terreno em declive, ela é parcialmente assobradada. Sua cobertura é em quatro águas de telhas do tipo colonial (capa e bica) com cumeeira paralela ao alinhamento da rua, e grandes beirais com cachorros. No sentido da fachada posterior, o telhado se prolonga cobrindo uma área maior, a partir de certo ponto, se divide em dois panos com inclinações diferentes. Na varanda da fachada lateral faz-se uma água furtada.

Ainda segundo dados constantes do *Projeto de Restauração do Museu Casa dos Ottoni* (IBRAM, 2014), a importância histórica da edificação está vinculada ao fato da mesma ter sido residência da família Ottoni.

As origens dessa família no Serro se remetem a Manuel Vieira Ottoni, oficial da Casa de Fundação da antiga Vila do Príncipe. Vários de seus descendentes se destacariam na vida pública, dentre eles os irmãos Teófilo Ottoni e Cristiano Benedito Ottoni, já citados antes. O primeiro foi uma das figuras políticas mais notáveis do império, tendo atuado à frente da Revolução Liberal de 1842, se destacando como líder político e revolucionário, e, seu irmão, um dos primeiros diretores da antiga Estrada de Ferro Pedro II (Idem).

Em 1918 a casa foi doada por Júlio Benedito Ottoni para a implantação de um patronato agrícola que se manteve estabelecido entre 1921 e 1930. A partir de 1942, a casa e o terreno onde está implantada passaram a fazer parte dos bens pertencentes à União.

A Casa dos Ottoni foi tombada pelo IPHAN em 1952, por meio do Processo 425-T-50, no Livro Histórico, vol.1 folha 46 em 28/04/1952, sendo a única construção civil a ser tombada à época. Em 1980, a casa passou por obras de restauro, sob a coordenação do IEPHA/MG, e assumiu a conformação observada hoje. A edificação permaneceu desocupada até 1991 quando foi instaurado o museu idealizado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, por volta de 1949 (IBRAM, 2014).

O registro fotográfico abaixo (**Figura 3 a Figura 6**) retrata as fachadas noroeste, sudeste e sudoeste da Casa dos Ottoni.



Figura 3: Museu Casa dos Ottoni, Fachada Noroeste.
Fonte: IBRAM, 2009, apud IBRAM, 2014.



Figura 4: Museu Casa dos Ottoni, Fachada Noroeste.
Fonte: IBRAM, 2009, apud IBRAM, 2014.



Figura 5: Museu Casa dos Ottoni, Fachada Sudeste.
Fonte: IBRAM, 2009, apud IBRAM, 2014.



Figura 6: Museu Casa dos Ottoni, Fachada Sudoeste.
Fonte: IBRAM, 2009, apud IBRAM, 2014.

Observação: O Museu Regional do Serro foi instalado em 1980.

4.2.FORMAÇÃO HISTÓRICA

I.

Os grandes ciclos de exploração econômica no Brasil Colônia foram o do Pau Brasil, no século XVI; do açúcar, nos séculos XVI e XVII; e do ouro, no século XVIII. Com o declínio da exploração de cana de açúcar, a Coroa Portuguesa incentivou as “bandeiras” que, saindo de São Paulo, se lançaram em busca de metais preciosos. A procura por estas riquezas minerais em território brasileiro, principalmente nos territórios que hoje constituem os estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, determinou, desde a primeira metade do século XVI, uma corrida do ouro dominada por dois grupos principais: os bandeirantes, a mando da Coroa Portuguesa, e os aventureiros, gente proveniente de diversas regiões. E foi exatamente com esta procura por ouro e diamantes em território brasileiro que teve início a colonização da região das Minas Gerais. (FURTADO, 1999).

Àquela época, o ouro era o principal meio de acumulação de riquezas e Minas Gerais se tornou uma área de atração de indivíduos em busca de enriquecimento rápido, numa típica “corrida do ouro”, como ocorre em áreas onde veios desse metal são descobertos, reforçando o mito do “Eldorado”, tão disperso nos primeiros momentos da colonização europeia nas Américas. Assim que as primeiras notícias sobre sua descoberta nestas terras foram divulgadas, chegaram aventureiros de todas as regiões à procura de enriquecimento fácil e rápido. A utopia que o ouro traz em si, a de se ficar rico da noite para o dia, foi o maior atrativo do crescimento populacional destas regiões:

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são as minas (...). Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos, pretos e muitos índios (...). A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa. (ANTONIL, 1982, p.167)

No século XVII iniciaram as primeiras expedições para o desbravamento e colonização das Minas Gerais com a instituição dos seus primeiros centros administrativos: Mariana, fundada em 1696, e Sabará, fundada em 1675. O território do atual município do Serro foi desmembrado deste último centro administrativo.

Assim mediante a Carta Régia de 09 de novembro de 1709, estabelecia-se a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, designado para governá-la Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Coube a este governador regularizar as bases da capitania. Criou em 1711 as primeiras vilas, que foram Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), em 08 de abril, Vila Rica (Ouro Preto) em 08 de julho e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, no dia 17 do mesmo mês. Poucos anos mais tarde, fundaram-se outros povoados, como as vilas de São João Del Rey, Vila Nova da Rainha (Caeté) e Nossa Senhora da Piedade do Pitangui. Juntos das vilas estabeleceram três comarcas na capitania: a de Vila Rica, a do Rio das Velhas com sede em Sabará e a do Rio das

Mortes, com sede em São João Del Rey. Estavam assim organizadas as bases da capitania: porém com o rápido crescimento da população das Minas, tornou se necessário organizar melhor os interesses régios, especialmente em matéria de impostos, desmembrando-a em 2 de dezembro de 1720, da capitania de São Paulo, recebendo a nova capitania o nome de Minas Gerais, sendo nomeado dom Lourenço de Almeida para governá-la. (SILVA, 2001, p. 36)

Em síntese: o Serro derivou da Vila de Sabará, ou Vila Nova da Rainha, assim como suas germanas Nossa Senhora da Piedade de Pitangui [atual Pitangui], Paracatu do Príncipe [atual Paracatu], Santo Antônio do Curvelo [atual Curvelo], Santa Luzia do Rio das Velhas [atual Santa Luzia] e Vila Nova de Lima [atual Nova Lima]. Centro da franca exploração do ouro, o território do Serro foi desmembrado e originou 06 (seis) grandes municípios: Minas Novas (o primeiro município a se desmembrar do Serro), Diamantina, Montes Claros, Conceição do Mato Dentro, São Miguel de Guanhanes e Rio Doce (Peçanha). Esses seis municípios também tiveram seus territórios desmembrados e originaram outros muitos municípios e localidades no norte de Minas. (SOUZA, 1999) – ver **Figura 7:**

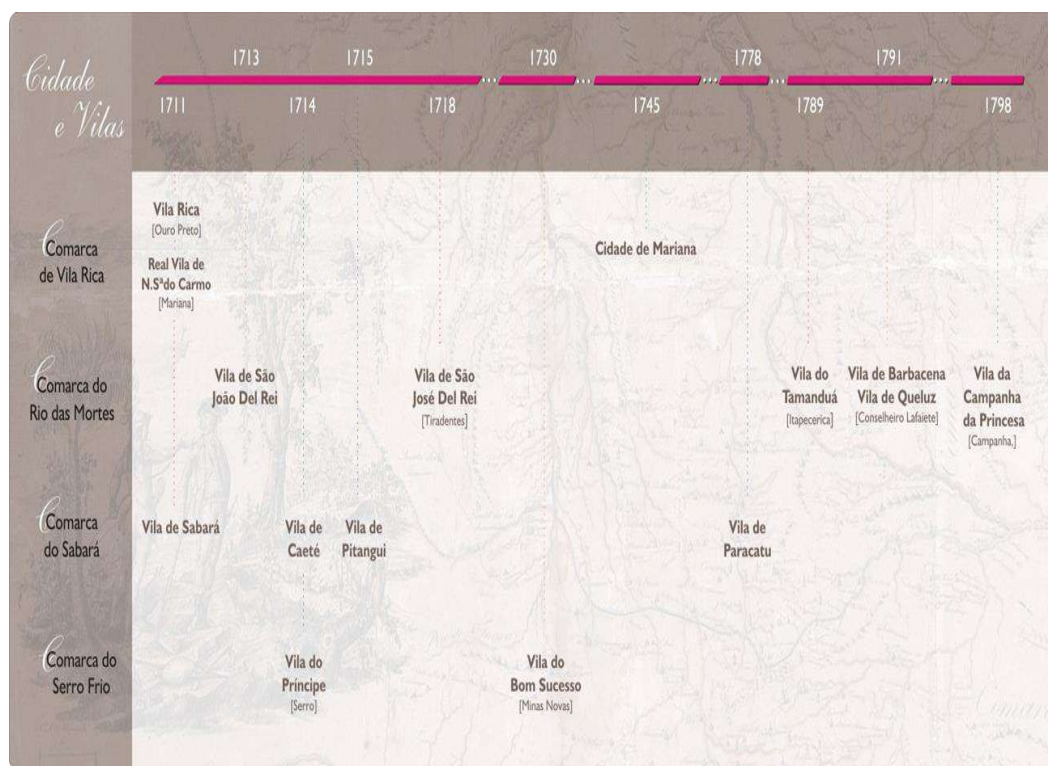


Figura 7: Data de criação da cidade e das vilas registradas na Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes, de 1804.

Fonte: BARBOSA, 1995. In: SANTOS, M.M.D. & MOUCHRECK, N.M. (2003)

Entre as antigas denominações atribuídas ao Serro constam: Serro Frio, Serro do Frio, Lavras Velhas do Serro, Ribeirão das Lavras Velhas, Vila do Príncipe (COSTA, SOARES & COSTA, 2011). Com o nome de Vila do Príncipe, o arraial de Lavras Velhas do Serro ou arraial do Ribeirão das Lavras Velhas é elevado a vila por Dom Brás Baltazar da Silveira, em 29 de janeiro de 1714, a 5ª vila mais antiga de

Minas. Denominações posteriores: Serro do Frio, Serro Frio, Serro (1838 – Lei 94, de 6/3/1838). Atualmente, sede municipal, situa-se na microrregião de Conceição do Mato Dentro, mesorregião Metropolitana. (SANTOS & SEABRA, 2009)

II.

De acordo com Vasconcelos (1974), Sabará, ou região do Sabarabuçu, a partir de onde foi desmembrado o território do atual município do Serro, possui origem etimológica em uma lenda segundo a qual os indígenas, fingindo que os rios grandes eram pais dos pequenos e dos seus afluentes, chamavam o Rio das Velhas, que era da Barra para Baixo, pai (Çuba) e da Barra para Cima Çubará (pai, partido). E assim chamavam çubara-baçu ao braço maior (pai partido grande) (p.81).

A primeira expedição para região do Sabarabuçu em busca de ouro, denominada bandeira, partiu de São Paulo em 21 de julho de 1674, sob o comando de Fernão Dias Paes Leme. Esta expedição, que durou sete anos, era composta por índios escravizados, paulistas e portugueses. Atravessou o Vale do Paraíba e a Serra da Mantiqueira explorando, inicialmente, o sul de Minas, a região do Paraopeba, do Sumidouro e do Rio das Velhas, onde foram fundados os primeiros arraiais. Nesta incursão, Fernão Dias esteve acompanhado por três importantes nomes relacionados ao início da ocupação das Gerais: o capitão Matias Cardoso de Almeida (que promoveu a entrada responsável pela ligação das Minas aos currais de gado de São Francisco, na Bahia); seu genro, o Tenente-general Manuel de Borba Gato (principal personagem da ocupação da área do Rio das Velhas); e seu filho, Garcia Rodrigues Paes (que se tornaria o primeiro guarda-mor da Capitania, em 1703). Quanto à ocupação de Sabarabuçu, se destaca o Tenente General Manuel Borba Gato, o maior conhecedor do Rio das Velhas (RIBEIRO & LEANZA, 2007).

Tão logo teve início a busca por ouro em Sabarabuçu, foram descobertas novas regiões auríferas chegando, assim, à ocupação e criação da Comarca do Serro Frio:

A fama das riquezas auríferas do Serro Frio, descobertas nos últimos annos do seculo XVII, attrahia grande numero de aventureiros de todos os pontos da capitania de Minas e de outros lugares, que corrião em busca do ouro_ Vinhão em corpos separados, ou companhias armadas que se chamavão bandeiras. Pretende-se que o nome que derão a vasta extensão de terreno, que depois constituiu uma das mais importantes comarcas da capitania, é a traducção da palavra Ivituruy que na língua indígena quer dizer montanhas frias, em razão do aspecto montanhoso do paiz e da frialdade do clima. Logo se fundou uma pequena arraial debaixo da invocação de Nossa Senhora da Conceição do Serro Frio, que depois se elevou a villa do Principe, e é hoje a cidade do Serro.” (SANTOS, 1868, p.7)

A **Figura 8** apresenta os limites da Capitania das Minas Geraes e a Comarca do Serro Frio, em 1804. Neste Mapa, foram destacados os limites da Capitania, de suas comarcas, as vilas cabeças de comarcas e os principais elementos de hidrografia e relevo.

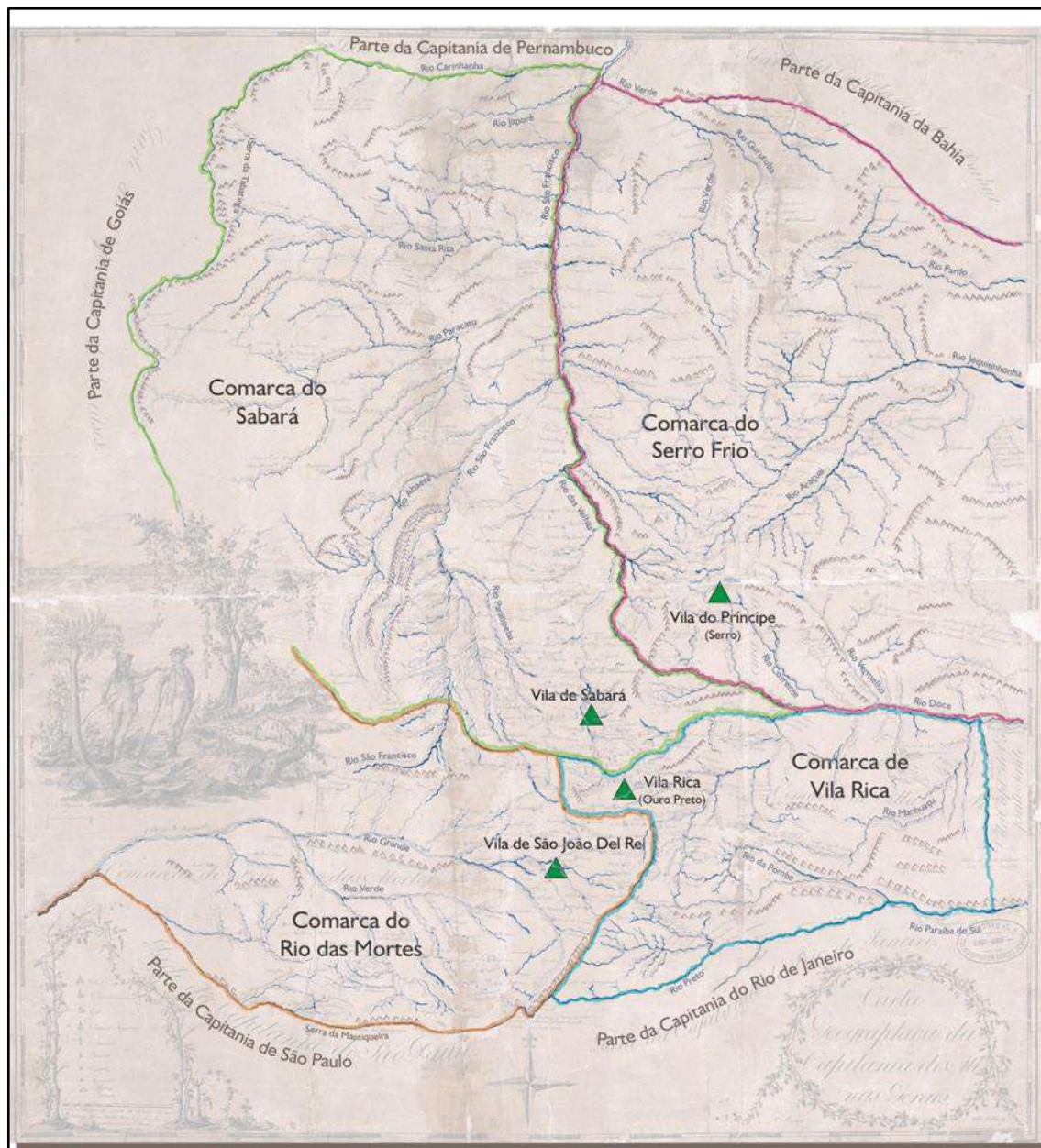


Figura 8: Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes [Caetano Luiz de Miranda, 1804, Arquivo Histórico do Exército, RJ].

Fonte: SANTOS, M.M.D. & MOUCHRECK, N.M. (2003)

Existem controvérsias sobre os primeiros colonizadores a chegar à Região do Serro Frio. São duas as principais hipóteses: a primeira delas atribui a ancestralidade a Lucas de Freitas e a Gaspar Soares. Este último foi o colonizador cujo nome foi dado a uma serra local. Ao primeiro, um dos pioneiros na Vila do Príncipe, Lucas de Freitas teve seu nome batizando uma das drenagens locais, córrego Lucas. (SILVA, 1928)

Os memorialistas Maria Eremita de Souza e Dario A. F. da Silva, suscitam dúvidas sobre a memória escrita pelo engenheiro militar José P. da Rocha (1995), segundo a qual Lucas de Freitas e a Gaspar Soares seriam os desbravadores do Serro Frio. (SOUZA, 1999)

A segunda hipótese sobre os primeiros a chegarem ao território do Serro considera Antônio Soares o mais antigo desbravador do Serro Frio. Segundo Silva (1928), Antônio Soares, vindo do norte do Caeté e seguindo a vereda dos indígenas pela cumeada da Serra da Lapa, descobriu as minas do Serro Frio:

o sertanista Antônio Soares (não Gaspar Soares) concebeu pouco depois uma empresa mais árdua ao norte de Caeté. Seguindo a vereda dos indígenas pela cumeada da Serra denominada da Lapa e mais adiante Hibu-ruy ou do Frio, por ser varrida dos ventos, que enregelavam os membros dos que a pisavam, com 20 dias de jornada, descobriu as minas do Serro Frio. (p. 7)

Esta segunda hipótese parece ser a mais aceita entre os especialistas e está registrada no “Livro Primeiro da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucambira”, aberto, numerado, rubricado e encerrado no mesmo dia 14 de março de 1702, pelo procurador da Coroa e Fazenda Real Balthazar de Lemos de Moraes Navarro. Constan deste livro os seguintes trechos:

1º. Foi aberto, numerado, rubricado e encerrado em um mesmo dia, 14 de março de 1702, pelo Procurador da Fazenda Real Baltasar de Lemos Moraes Navarro com as seguintes rubricas: Livro primeiro da Receita da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucambira, de que é guarda-mor explorador o Capitão Antônio Soares. 1702. Livro que há de servir da receita da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucambira, de que é descobridor o guarda-mor Antônio Soares Ferreira, que numerei e rubriquei pela faculdade que para isso tenho, e tem princípio em catorze de março de mil setecentos e dois anos. O Procurador da Coroa e Fazenda Real Baltasar de Lemos de Moraes Navarro.

2º. No dia 15 de março de 1702, nestas minas de S. Antônio do Bom Retiro do Serro do Frio, arraial do Ribeirão delas, pousada do guarda-mor Soares, mandou este ao seu escrivão que nesse mesmo livro declarasse a sua muita pertinácia por descobrir novas minas, à sua custa, com diligências exatíssimas, deixando de assistir nas minas gerais do Rio das Velhas, donde se separou com seus escravos, abandonando cômodos mais fáceis... e aqui pousou”, etc., etc.

Guardar bem – que segundo os dizeres supra – foi a pousada sabarense denominada Arraial do Ribeirão, e que a região recebeu o nome Minas de S. Antônio do Bom Retiro do Serro do Frio.

3º. Que os companheiros dele descobridor Antônio Soares foram: seu filho João Soares Ferreira, o escrivão Lourenço Carlos Mascarenhas e Araújo, o capitão Manuel Corrêa Arzão (e não Antônio Rodrigues Arzão), o já citado Procurador da Coroa e com certeza outros de menor vulto. (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1902, p. 939-940)

De acordo com estes registros, entre 1700 e 1702 um grupo de bandeirantes, capitaneados pelo paulista Antônio Soares Ferreira, genro de Fernão Dias, conduziu a expedição e incursão nas novas minas de ouro do Ibiturú. Junto com estes bandeirantes estavam o filho de Antônio Soares

Ferreira, o João Soares Ferreira, o escrivão Lourenço Carlos Mascarenhas e Araújo, o Capitão Manoel Correa Arzão e o Procurador da Coroa, Balthazar de Lemos de Moraes Navarro, além de outros bandeirantes e escravos. Seguindo a direção indicada por Fernão Dias, teriam partido de Caeté e seguido a rota do Espinhaço, passando pela Serra do Cipó, Itacolomi, Itapororoco e Itapanhoacanga. Pouco antes do Itambé, chegaram às margens dos córregos auríferos, nas proximidades da cidade do Serro. (SOUZA, 1999)

O guarda-mor Antônio Soares assentou pousada nestas minas do Serro do Frio, arraial do Ribeirão das Lavras¹, onde se localizavam as terras indígenas do Hivituruhí (Idem). Alguns anos depois, foi feito o registro desta permanência:

Pois bem: desde 14 de março de 1702 até 30 de junho de 1712, ou seja, durante dez anos, na mesmíssima pousada e sempre nestas minas do Serro do Frio, funcionando os mesmíssimos funcionários do rei, foram lançados os quintos, as arrematações, de datas minerais e os dízimos: a pousada ficou, pois, o centro governamental, uma pequena e longínqua como capital administrativa. (Ibidem)

Nesta pousada, passaram mineiros, boiadeiros, negociantes, mascates, contrabandistas, negreiros, rameiras, entrando, saindo, pagando impostos a Coroa, comercializando coisas, fazendo escambo, vendas, ou estando apenas de passagem. Em torno de onde surgiu esta pousada, fez-se gradativamente um arraial do Ribeirão. A pousada Sabarense recebeu assim seu primeiro nome: Minas de Santo Antônio do Bom Retiro do Serro Frio – Arraial do Ribeirão Delas, vencendo depois o nome de Arraial do Ribeirão das Lavras Velhas, em virtude da descoberta das minas novas. (SOUZA, 1999).

Para organizar e controlar a região, o Guarda-mor levou as autoridades da capitania à criação, em fevereiro de 1711, do cargo de ‘Superintendente das Minas de Ouro do Serro Frio’, para o qual foi nomeado o sargento-mor Lourenço Carlos Mascarenhas. Por essa época, o Arraial das Lavras Velhas do Ibiti-ruí, primitivo nome da atual cidade do Serro, já se constituía como o principal núcleo minerador de toda a área. Os aglomerados de ranchos tomaram corpo nas proximidades dos córregos do Lucas e dos Quatro Vinténs, formando dois arraiais, o de Cima e o de Baixo, nos quais era significativa a atividade de exploração aurífera e que se destacava, entre o casario provisório, a primeira capelinha, erguida sob a invocação de Santo Antônio como marco de religiosidade dos povoadores.

¹ O primeiro nome porque era conhecida esta Vila do Príncipe soava Arraial do Ribeirão das Lavras Velhas.

Estes dois arraiais (De Cima e do de Baixo) se juntaram em 1713, quando se tornaram freguesia. A abundância do ouro continuava a atrair novas levas de migrantes, resultando no crescimento do arraial, que, em 1714, foi elevado à categoria de vila, denominada de Vila do Príncipe. Neste momento, ganha autonomia político-administrativa e se transforma na quinta vila de Minas.

O Governador D. Brás da Silveira, em 29 de janeiro de 1714, ou apenas doze anos após a pousada sabarense, entendendo que nos distritos de Caeté e Serro do Frio havia capacidade para se levantar vilas teve resoluto criar duas: a Vila Nova da Rainha, em Caeté, a Vila do Príncipe, no Serro do Frio. Logo, apenas doze anos após a pousada de Antônio Soares, um arraial houve no distrito do Serro do Frio capaz de ser erigida a Vila do Príncipe. (SILVA, 1928)

Para estas minas do Serro do Frio e Arraial de Itapanhoacanga:

4ª. Atos oficiais. Também de atos oficiais a identidade se revela. Em 5 de fevereiro de 1711, o governador Albuquerque nomeou Lourenço Carlos superintendente: “porque se faz conveniente haver no distrito do Serro do Frio um superintendente, que administre justiça a todos os moradores dele... do sargento-mor Lourenço Carlos Mascarenhas, que se acha morador no distrito do Serro do Frio há anos, donde foi à Bahia levar quintos.... e estar atualmente ocupando o posto de sargento-mor coronel Manuel Corrêa Arzão, hei por bem elegê-lo no cargo de superintendente de todo o distrito do Serro do Frio e seus arraiais para que administre justiça... em causas ordinárias e no crime... prendendo, tirando devassas... E outrossim lhe hei por muito encarregado a boa arrecadação da fazenda real... confiscando comboios que entrarem no distrito pela estrada dos currais da Bahia, como também o ouro que sair pelas ditas estradas sem quitar”, etc., etc. (SILVA, 1928, p.11)

Sendo assim, Manuel Corrêa Arzão foi nomeado capitão-mor do Distrito. E, neste mesmo livro, ver-se-á que, na pousada sabarense, é que há anos morava Arzão, companheiro do descobridor e seu substituto como guarda-mor desde 1709.

As terras da então Comarca do Serro Frio estão incrustadas na Zona do Alto Jequitinhonha, com seu limite geográfico com a as províncias da Bahia e do Espírito Santo, aproximando-se as encostas da árida Serra do Espinhaço. A cordilheira dividia as águas que banhavam a comarca, separando o Jequitinhonha do Rio das Velhas e demarcando as fronteiras de seu vale com aquele do Rio Doce. Do Espinhaço emergia também o pico do Itambé, velho ponto de referência para as bandeiras de ouro que desbravaram a região e povoaram aquela que viria a ser a parte agrícola mais importante do município do Serro. (MOTA, 2002, p.18)

Nas primeiras dezenas do século XVIII, com a descoberta do ouro na região do Serro, chegaram bandeirantes, curiosos, mulheres, escravos e ex-escravos de várias regiões da Colônia. Em cada córrego ou regato se formou um núcleo habitacional, uma cidade, uma vila, um arraial, um arraialeto ou povoado. (SILVA, 1928).

No início da exploração, o ouro era facilmente encontrado. Em pouco tempo, as jazidas auríferas se tornaram mais difíceis, surgiram problemas, sobretudo de ordem tecnológica e de subsistência, e a falta de perspectiva de riqueza se tornou uma ameaça real. Neste contexto, foram descobertos diamantes na Comarca do Serro. Relatos sugerem que, em 1714, foi descoberto o primeiro diamante nesta Comarca, porém a autenticidade das pedras não foi confirmada por órgãos oficiais:

No anno de 1714 assistia Francisco Machado da Silva na sua lavra de S. Pedro no ribeiro do Machado, por outro nome do Pinheiro, e pondo uns cristaes para servir no fogo de trempes (...) achou acaso uma pedrinha muito clara e dura que guardou e a deu o dito Francisco Machado a Luiz Botelho de Queiroz, quando naquelle anno veio fazer villa ao cerro Frio. E pouco depois lavrando no córrego do Mosquito encontrou outra. (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1902, p.251)

Segundo Saint Hilaire (2004), foi Bernardo Fonseca Lobo o descobridor dos diamantes no ano de 1729 e não em 1714. É dada como oficial esta descoberta, devido à autenticidade dos diamantes confirmada pela Coroa Portuguesa. As pedras descobertas em 1914 não tiveram confirmadas a pureza e autenticidade.

Bernardo Fonseca Lobo foi o primeiro que descobriu diamantes no Serro Frio, e não teve outra recompensa além do título de capitão-mor da Vila do Príncipe, com a função de notário na mesma vila. Ignorava-se a princípio a verdadeira natureza dos diamantes encontrados por Lobo; contentavam-se de ver o brilho dessas pedras e usavam-se nas como fichas para marcação de jogos. Entretanto um certo ouvidor, que havia morado nas Índias Ocidentais, reconheceu que as pedras brilhantes de Serro Frio não eram outra coisa senão diamantes; conseguiu secretamente um grande número delas e seguiu para Portugal. Ignora-se o ano em que se deu essa grande descoberta; todavia sabe-se que o governador D. Loureno de Almeida, tendo remetido à corte algumas pedras transparentes, dizia, em carta de 27 de julho de 1729, que as considerava diamantes. (p.13)

Relatos sugerem que os primeiros diamantes, nas Minas Gerais, foram encontrados no Serro Frio e, posteriormente, na região de Diamantina.

A mineração dos Diamantes era desconhecida inteiramente no Brasil quando em 1728 alguns mineiros do Serro do Frio, que se ocupavam (principalmente no Caythe–merin) na extracção do ouro, se derão ao trabalho de procurar as preciosidades, que outrora desprezavam, por as não conhecerem: não tardou que em Portugal se soubesse d'essa nova fonte de riquezas no Brasil; e como é de se esperar, seguiu se a Corôa a apropriar se de todas as Minas de taes pedras. (AQPM, 1899)

A Demarcação Diamantina foi estabelecida pela Coroa Portuguesa em 1734, quando foi confirmada a abundância de jazidas de diamantes na região. O território do distrito correspondia à área de jurisdição da “Intendência dos Diamantes” e, para ele, foi definido um regimento administrativo especial. A regulamentação da “Intendência dos Diamantes” se alinhava com a proteção dos interesses da Fazenda Real e ao controle e regulação dos negócios atinentes à extração

do diamante, implicando em mais privilégios do que a exploração aurífera existente na região e em decadência. Neste mesmo ano de 1734, o Arraial Santo Antônio do Tijuco se tornou o centro do Distrito, ou da Demarcação, Diamantina. Por sua vez, o Distrito correspondia à área de jurisdição da Intendência dos Diamantes, dotada de um regimento administrativo especial e influenciava todas as esferas da vida política, social e econômica dos moradores da região. (SANTOS, 1868)

O ouro foi o primeiro mineral encontrado na região, porém, segundo Mota (2005), o diamante foi o principal produto explorado na região, sobretudo no século XIX, auge de sua exploração:

A grande riqueza da comarca do Serro era mesmo o diamante, minério dificilmente encontrado em outras partes da província, com exceção das reservas da Bagagem, descobertas em 1850. De acordo com dados gerais para a província de Minas, entre os anos de 1819 e 1854 a produção de diamantes cresceu em 334% especialmente após o fim do monopólio estatal sobre as lavras em 1832 e corrida de pessoas para as vizinhanças de Diamantina (p. 20-21)

A descoberta dos diamantes resultou na limitação da exploração de ouro pelos aventureiros e mineradores. Mediante à conversão da mineração em atividade ilícita, tudo e todos eram fiscalizados, e até mesmo a entrada e a saída de habitantes era meticulosamente vigiada e controlada. (SANTOS, 1868). Esta fiscalização excessiva foi motivada pelos muitos casos suspeitos de sonegação, pois, não raro, passavam procissões religiosas pela Vila com santos de pau oco recheados de ouro em pó para contrabando. (FURTADO, 1999)

Naquela época, a Coroa Portuguesa privilegiava, apenas, a exploração do ouro e diamantes, desprezando significativamente a agricultura e proibindo a criação de novos engenhos. Ademais, a distância dos portos marítimos e da Capital, juntamente com a falta de estrutura das estradas, contribuiu para o atraso da região norte do atual estado de Minas Gerais. (SOUZA, 1999).

Tendo em perspectiva uma sociedade mineradora, a Coroa Portuguesa não se preparou, de imediato, para atender às crescentes e adequadas necessidades de abastecimento e infraestrutura. A prioridade era criar mecanismos de comando e controle para a região mineradora (BOXER, 2000). O preço dos alimentos e o custo de vida eram altíssimos, considerando reduzido investimento na agricultura e na pecuária. Para a Coroa não era interessante a presença de muitos comerciantes ou agricultores próximos à região mineradora, pois, quanto mais gente, mais contrabando e sonegação poderiam ocorrer.

Nos primeiros anos do século XVIII, vieram os bandeirantes vindos das regiões de Piratininga (São Paulo) e os forasteiros vindos da colônia e de outras capitanias, chamados, por aqueles, de emboabas². Estes vinham em um fluxo tão intenso que houve, entre os grupos, rivalidades e conflitos.

Os paulistas se achavam com direito à prioridade nas reivindicações, de vez que tinham sido os descobridores das regiões mineradoras das Gerais. Nada obstante, sua forma de vida era mais ameríndia do que europeia, sob certos aspectos. Acostumados a uma existência nômade, falando tupi entre si e inteiramente à vontade na braveza do sertão, pouco tinham em comum com os recém-chegados das regiões costeiras, fossem eles bem-criados de nascimento e educação ou camponeses que acabavam de deixar a rabiça do arado em Portugal. Os paulistas inclinavam-se a ver a região mineira como de sua propriedade especial. (BOXER, 2000)

Quadro 1: Distribuição da população livre da cidade do serro segundo sexo e cor, em 1840.

QUALIDADE	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL
Branços	450	30%	544	29%	994
Pardos	814	54%	1020	54%	1834
Crioulos	177	12%	235	13%	412
Cabras	52	3%	54	3%	106
Africanos	18	1%	18	1%	36
Totais	1511	100%	1871	100%	3382

Fonte: APM- Censo provincial, 1840 apud MOTA, 2005, p.99

No século XIX, já com o fim da mineração e atraídos pela propaganda do Império do Brasil e pela empresa de colonização do vale do Mucuri patrocinada pela família Ottoni, vieram os missionários italianos e imigrantes europeus, novos habitantes da região, por representar a selva “a fortaleza dos selvagens”. “Mata”, por sua vez, tornava-se uma imagem gradativamente eclipsada pela figura do “solo salubre e ubérrimo” que, nas palavras de T. Ottoni e na dos missionários capuchinhos, fora abandonado ao domínio das onças e dos selvagens.

Já no final do século XIX, a extração de ouro e diamantes foi se tornando escassa. Naquela época, havia no Serro Frio três classes de pessoas: mineiros/mineradores, lavradores e intermediários. Com a decadência do ouro na região, se observava destroços, abandono e um intenso fluxo de despovoação e emigração. Aqueles que ainda resistiram eram identificados como

² O apelido emboaba foi criado pelos paulistas para se diferenciar dos forasteiros portugueses ou colonos de outras regiões.

gente degenerada de costumes, que não trabalhava porque o trabalho era próprio dos escravos – ou da “gente de cor” – e viviam de meios imorais. Ao seu lado, as primeiras famílias a chegar na região e os filhos dos antigos mineradores que um dia foram prósperos, se encontravam na pobreza, encobrindo, às ocultas, sua miséria, se escondendo e sobrevivendo no isolamento das roças. (SILVA, 1928)

Em visita à Vila do Príncipe, em 1800, o mineralogista José Vieira Couto, nascido no Arraial do Tijuco, registrou impressões bastante desalentadoras sobre o aspecto geral da localidade e seu declínio econômico. A Vila, que continuava a desempenhar papel administrativo de relevância regional como sede de grande comarca, contava com uma pequena população e uma notória queda de produção minerária. Mantinha-se ainda, é certo, alguma atividade de mineração residual, mas restrita àqueles mineradores de mais posses e que podiam arcar com o alto custo dos serviços de extração. A maioria dos habitantes, mais carentes, trabalhava na lavoura de subsistência. (SILVA DE PARANHOS, 2002)

O naturalista francês Saint-Hilaire, quando esteve na região em 1817, também observou o mesmo quadro de decadência, agravado pelo indiscriminado desmatamento de florestas vizinhas e pelas más condições das estradas de comunicação com outros centros. (SAINT-HILAIRE, 2000).

IV.

Nas Comarcas do Serro Frio e de Vila Rica ao final do século XVIII, encontravam-se, respectivamente, o maior número de aldeias e o maior número de gentios³ ainda não aldeados de toda a capitania.

As aldeias correspondiam aos assentamentos de ameríndios domesticados ou catequizados. Os quartéis, por sua vez, eram guarnições militares, em geral pequenas e às vezes compostas apenas por dois soldados. Se localizavam junto aos pontos estratégicos do território, como nas fronteiras de sua ocupação, nas encruzilhadas dos caminhos e, sobretudo, nos acessos à Capitania⁴. Os quartéis

³ Gentios é a palavra usada para designar todos os que não eram cristãos e Negros da terra, como os portugueses já conheciam a exploração de negros africanos, denominou-se negros da terra para os índios explorados que aqui viviam.

⁴ Estas informações foram retiradas do mapa de Caetano Luiz de Miranda Caetano que nasceu, em torno de 1774, no arraial Santo Antônio do Tijuco, na região conhecida como Serro Frio. Essa região tornou-se uma comarca da Capitania de Minas Gerais, na sua criação em 1720, e o arraial, o centro do Distrito, ou da Demarcação Diamantina, que foi estabelecido pela Coroa portuguesa, em 1734, quando se confirmou a abundância de jazidas de diamantes na área.

tinham por finalidade o controle sobre a circulação de mercadorias e a cobrança de impostos, como o quinto do ouro. (SANTOS, CINTRA & COSTA, 2009)

A necessidade de se criar vários quartéis nessa região demonstra o quanto a Coroa tinha convicção da riqueza minerária existente. O maior número de quartéis se encontrava na Comarca do Sabará, em um total de vinte e um, seguida pela comarca do Serro Frio, com dezessete, e por Vila Rica, com doze. O **Quadro 2**, a seguir, apresenta a distribuição dos quartéis, de aldeias de gentios e de gentios não aldeados nas comarcas da Capitania de Minas Gerais, em números absolutos, segundo a “Carta Geográfica” de Miranda datada de 1804.

Quadro 2: Distribuição dos quartéis, de aldeias de gentios e de gentios não aldeados nas comarcas da Capitania de Minas Gerais, segundo a “Carta Geográfica” de Miranda, de 1804.

ELEMENTOS GEOGRÁFICOS	COMARCAS DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS				
	VILA RICA	SABARÁ	SERRO FRIO	RIO DAS MORTES	TOTAL
Quartel	12	21	17	05	55
Aldeia	01	01	08	0	10
Gentio	03	01	01	0	05

Fonte: SANTOS, CINTRA & COSTA, 2009

Os registros das populações indígenas e sua movimentação estão relacionados à descoberta do ouro pelas Bandeiras constituídas no século XVIII, que atraiu um enorme e variado contingente populacional para a Colônia. No que diz respeito à área alvo deste estudo, os primeiros deslocamentos populacionais em sua direção foram inicialmente motivados pela descoberta de ouro próximo à Vila do Príncipe do Serro Frio. Mais tarde, por volta de 1720, nova leva de migrantes chegou à localidade atraídos pelos diamantes (FURTADO, 1996 apud CARNEIRO DE CARVALHO, 2008)

Levantamentos e estudos relacionados à presença de grupos indígenas na época das primeiras incursões portuguesas à região do Serro sugerem um vazio populacional. À semelhança do que ocorreu em outras partes do território brasileiro, os registros sobre os indígenas em Minas foram feitos por viajantes, naturalistas, exploradores, missionários e outros figurantes da colonização nacional (CARNEIRO DE CARVALHO, 2008). Por outro lado, objeto de raríssimas pesquisas, a etnohistória indígena das Minas Gerais colonial recebeu poucas e esparsas contribuições, resultando em um silêncio avassalador sobre o tema, apesar de vasta e rica documentação dispersa em arquivos (RESENDE & LANGFUR, 2007). Fontes clássicas, como Nimuendaju (1981), atestam a ausência de dados, o que não significa, necessariamente, vazio demográfico, sobretudo considerando os relatos de Saint-Hilaire (2000), Caetano Luiz de Miranda (1804), em seu registro na Carta Geográfica de

Miranda, e tantos outros conseguiram identificar a presença de índios na região. No século XVII, portanto à época da chegada dos paulistas, os índios ou gentios que ocupavam a região do Serro eram conhecidos genericamente como botocudos, pertencentes ao grupo linguístico Macro Jê – observar ilustração na **Figura 9**.



Figura 9: Uma família de botocudos em viagem.⁵

O rio Jequitinhonha, principal drenagem da bacia hidrográfica onde se insere território do atual município do Serro, serviu como via de escape para aqueles que procuravam refúgio no interior quando o litoral do sul da Bahia foi ocupado. Aos migrantes baianos, o rio representava o meio pelo qual encontrariam a sorte nas minas de ouro e diamante durante o auge do ciclo do ouro e, durante seu declínio, quando do início da prática da agricultura. Sobre o deslocamento de grupos indígenas na região, Sir Richard Burton (1873) escreveu:

(...) as in the United States the savage has retired before the advance of civilisation, the only remnants in Minas now hold the virgin forests of the River Doce and the Jequitinhonha. As usual, anthropologists divide them into twoe great diferente nations, which in the seventeenth century fought for the possession of the litoral. These are the Tapuyas (Tapuias) and the Tupis” (p. 409). (apud CARNEIRO DE CARVALHO, 2008, p. 14)

⁵ Disponível em: <http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/default.aspx?mn=545&c=acervo&letra=W&cd=3590>. Acesso em 12/10/2016.

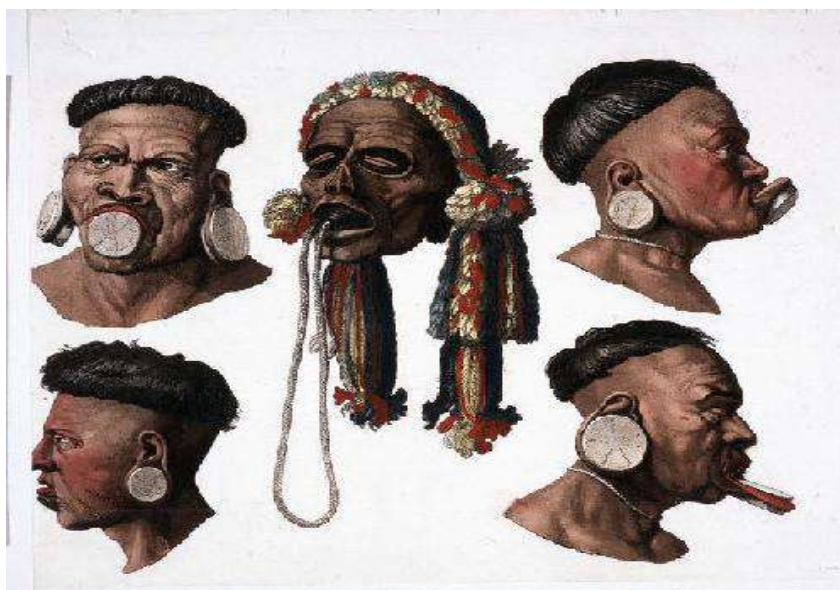


Figura 10: Fisionomia de quatro botocudos e uma múmia⁶

Segundo RESENDE & LANGFUR (2007), após se deslocarem para o sertão, os indígenas foram morar junto às populações rurais e urbanas que haviam se estabelecido na capitania. E, diferente do que possa constituir o imaginário nacional, para estes autores,

As bandeiras sem dúvida levantaram a resistência dos índios, mas em geral de forma indireta. Elas eram enviadas quando, na opinião do governador em exercício e de seus comandantes, as hostilidades entre índios e posseiros demandavam o uso de força militar. Em suma, a ligação entre a violência e a atividade das bandeiras pode ser atribuída à natureza das fontes em si mesmas. Essas fontes necessariamente documentavam os ataques que levavam o governo a agir e justificavam a despesa que era gerada, assim como os esforços para o recrutamento. Tais documentos também forneciam as razões para a decisão de ignorar, de forma conspícua e oficial, a proibição formal de explorar e povoar o sertão do leste. Além do mais, parece que muitos episódios violentos ficaram sem relato. Quando governos oficiais estavam meio preocupados com outras questões, quando estavam cheios de dívidas ou quando um incidente era desprezado por sua natureza isolada, não havia geração de documentos pela máquina burocrática colocada em atividade para montar uma bandeira de retaliação.

Também faz sentido, da perspectiva indígena do conflito, a eliminação da ideia de que as expedições militares foram a razão primeira da violência. Após longa experiência de lidar com os colonizadores ocupando seus territórios, os índios sem dúvida reconheceram a tolice de guerrear contra uma expedição armada em campo aberto, mesmo recorrendo à tática de atacar e fugir. Pelo contrário, eles escolhiam seus alvos cuidadosamente dentre os posseiros as fazendas e os ranchos espalhados, e até os povoamentos e pequenos arraiais que se encontravam ao longo da fronteira móvel entre territórios nativos e portugueses. (p.11)

A sistemática ausência de relatos sobre ataques aos índios iniciados por posseiros nos documentos oficiais que descrevem os conflitos no sertão constitui em elemento quantitativo

⁶ Disponível em: <http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/default.aspx?mn=545&c=acervo&letra=W&cd=3590>. Acesso em 12/10/2016.

evidente sobre como a própria produção de fontes tanto moldou, quanto refletiu, a compreensão dos oficiais acerca desta tensão interétnica:

Mas, as fontes nos ensinam algo mais. Sujeitas à análise criteriosa, o que se evidencia em suas lacunas e suas tendências é que elas revelam o quanto as lutas entre os colonos e os índios proliferaram a um ponto ainda mais significativo do que sugerem os 85 casos de lutas violentas documentadas no sertão do leste durante a segunda metade do século XVIII. Inadvertidamente, as fontes e os seus silêncios ilustram o quanto se escondeu da visão oficial no sertão. Para os portugueses, a violência endêmica nas florestas assumiu a forma de uma competição permanente entre civilização e barbarismo, o que exigia um avanço militar organizado sobre o território não incorporado para combater os atos de canibais irracionais. No entanto, os incidentes reportados, quase sem exceção atribuídos à selvageria dos índios, continham evidências da responsabilidade dos posseiros, mesmo que seja difícil, em última instância, determinar até que ponto. Apesar das restrições da Coroa, os posseiros de todas as classes continuavam a se infiltrar lenta mas inexoravelmente no território dos índios. Alguns buscavam ouro, outros a simples subsistência. (idem, p. 14)

De acordo com os autores, a violência das bandeiras contra os índios ocorria e se justificava como uma autodefesa, para repelir os índios que não cooperassem.

Uma das justificativas de Teófilo Ottoni para a expulsão dos índios Botocudo se baseava em seu nomadismo e perambulação, ou seja, nem sempre ocuparam o Alto Mucuri e o Jequitinhonha. Segundo ele, estas regiões não estiveram sempre sob o domínio “estúpido” dos Botocudo, seus atuais moradores. Ali existira, no passado, outras tribos indígenas de etnias diversas e mais adiantadas:

Os matos circunvizinhos demonstram a modo irrecusável uma cultura que cessou há muitos anos, e que aquele solo já foi teatro de uma civilização mais adiantada. A simples inspeção do terreno, sobretudo das taperas, prova que seus atuais ocupantes são intrusos. (...) E não é só a vegetação do país que fala esta linguagem. A terra, para denunciar a barbaridade dos botocudos, guardou em depósito instrumentos de indústria, importados de fora por seus antigos senhores, e os artefatos locais, que não deixam dúvida alguma sobre esta civilização mais adiantada que ali existiu (OTTONI, 2002, p. 88 apud AMOROSO, 2014 p.50).

A Mata Atlântica, onde viviam os índios do Vale do Mucuri, sofreu então uma sensível alteração, ao servir de morada para os missionários italianos e imigrantes europeus, “a fortaleza dos selvagens” passou, na segunda metade do século XIX, a fazer parte do espaço da chegada do imigrante europeu. (AMOROSO, 2014)

Depois da decadência da exploração do ouro, já no século XIX, as terras dos Botocudos começaram a ser visadas para outro tipo de propósito, a saber, dar lugar ao assentamento de novos imigrantes e ao cultivo. Os imigrantes trazidos pela política pública de Desenvolvimento do Vale do Mucuri tiveram, como principal idealizador, Teófilo Ottoni. Tratava-se agora de uma convivência efetiva com os imigrantes europeus que desembarcavam em Filadélfia, Minas Gerais, atraídos pela

propaganda do Império do Brasil e pela empresa de colonização do vale do Mucuri, patrocinada pela família Ottoni. (Idem)

Como legado de sua presença, poucos são os topônimos com origem nos antigos moradores Botocudo no norte-nordeste de Minas Gerais. No vale do Jequitinhonha, "de incontestável origem Macro Jê, como eram os índios da região, só há um nome de cidade: Joáima, nome de um cacique botocudo". Na região do Mucuri ocorrem mais cidades com o nome de origem etimológica associada à língua Jê: "Poté, Pokrane, Jampruca, Pampã, Maxacalis, Nanuque", como relata o escritor Luís Santiago, estudioso da região.

V.

Saint-Hilaire (2000), no século XIX, visitou a região do Distrito dos Diamantes, que incorporava, entre outras localidades, as atuais Diamantina, Serro e Peçanha. Na obra, descreve os Botocudos da região de Peçanha, distante cerca de 90 km do Serro:

A povoação de Passanha [ou Peçanha, distante cerca de 90 km do Serro, mas localizada na mesma do Estado de Minas Gerais] não contava com mais de cinquenta a sessenta anos desde a data de sua fundação, em 1817. Os primeiros habitantes apenas tratavam de procurar ouro, e foram bastante felizes em suas descobertas; os Botocudos, porém, inquietaram-nos de tal forma que quase todos se retiraram. Todavia, no mês de fevereiro de 1807, o governo enviou à região um destacamento de oitenta homens que foram alojados (...). Os botocudos foram perseguidos em suas florestas e mortos vários deles. Quando se capturavam alguns homens dessa nação tratava-se de conduzi-los ao posto (quartel); como, porém, resistiam sempre, eram mortos: quanto às mulheres e crianças levavam-nos e distribuíam-nos pelos habitantes, em cujas casas se acostumavam à vida civilizada. Em breve os ataques dos Botocudos tornaram-se menos frequentes; as vitórias do destacamento inspiravam confiança, e novos habitantes vieram estabelecer-se em Passanha; não sendo, porém, bastante ricos para fazer escavações à procura de ouro, não se ocupavam senão de agricultura.

Na época em que os primeiros portugueses chegaram à região era ela habitada por uma tribo indígena denominada Malalis, muito mais mansa que os Botocudos. Parece que já os negros fugitivos tinham vindo estabelecer-se entre esses povos, e vi em mapas manuscritos Passanha indicada como uma região recentemente descoberta onde os índios eram governados por uma negra. Seja como for, com a aproximação dos portugueses, os Malalis a princípio debandaram; mas, tendo sido perseguidos pelos Botocudos, seus inimigos vieram procurar asilo junto aos novos habitantes com os quais pouco a pouco se familiarizaram. Deixaram-nos lavrar a terra; alguns deles empregaram-se para trabalhar em casas de portugueses, e alguns admitidos no destacamento, tornaram-se utilíssimos pelos conhecimentos que tinham dos costumes de seus inimigos; finalmente, foram batizados, e se civilizaram pelo menos tanto quanto o permitiam sua índole e as circunstâncias em que se achavam. Aos Malalis juntaram-se quatro outras tribos ou restos de tribos que também fugiam das perseguições dos Botocudos, ou que apenas procuravam melhorar sua sorte, os Panhames, os Copoxós, alguns Macunis, e os Monoxós, de que falei alhures. Essas tribos, reunidas ao posto português, formaram, às margens do Suçuí uma única povoação à qual se deu o nome de Porto de Santa Cruz e essa pequena colônia tornava-se dia a dia mais florescente, quando em 1814, uma doença epidêmica ceifou grande parte de sua população. (p. 176)

Saint-Hilaire (2004) percorreu a região e descreveu detalhadamente as paisagens, intocadas e urbanas, os grupos étnicos e suas atividades, destacando a atividade minerária. Sobre os diamantes e os grupos negros que realizavam sua extração, assim trata o autor:

Os lugares onde se extraem os diamantes chamam-se serviços. Cada serviço tem um guarda-armazem e um moleiro, cargos da mesma categoria e do mesmo vencimento dos feitores. Os diferentes serviços são dotados de carpinteiros, serralheiros etc., do mesmo nível dos feitores e tendo sob suas ordens vários escravos.

(...)

Todos os escravos ocupados nos diversos serviços pertencem a particulares que os alugam à administração. Houve um tempo em que seu número ascendeu a três mil ...

(...)

Cada semana os negros recebem para sua alimentação um quarto de alqueire de fubá, uma certa quantidade de feijão e um pouco de sal; a esses víveres ajunta-se ainda um pedaço de fumo de rolo. Quando há falta de feijão substituem-no pela carne. Os negros comem três vezes por dia, pela manhã, ao meio-dia e à tarde. Como dispõem de pouco tempo durante o dia, são eles obrigados a cozinhar seus alimentos à noite e às vezes não dispõem de outro combustível além de ervas secas.

Obrigados a estar continuamente dentro da água durante o tempo da lavagem do minério e consumindo alimentos pouco nutritivos, quase sempre frios e mal cozidos, tornam-se, pela debilidade do tubo intestinal, morosos e apáticos. Além disso correm frequentemente o risco de serem esmagados pelas pedras que se destacam das jazidas ou soterrados pelos desmoronamentos. Seu trabalho é contínuo e penoso. Sempre sob as vistas dos feitores eles não podem gozar um instante de repouso.

Os feitores trazem ordinariamente um grande pau terminado por uma tira de couro, de que se servem para castigar, imediatamente, um negro que fugir ao seu dever. Quando a falta é grave a punição é mais severa. Então amarra-se o culpado, e dois de seus companheiros aplicam-lhe nas nádegas golpes de bacalhau, chicote composto por cinco tranças de couro. Os feitores não têm permissão de aplicar essa espécie de chicote, somente os administradores particulares podem infligir um castigo tão severo. Os regulamentos vedam a aplicação de mais de cinquenta golpes de bacalhau; mas, frequentemente ultrapassam esse limite.

Quando um negro encontra um diamante que pese uma oitava a administração avalia o feliz escravo, compra-o a seu dono, veste-o e concede-lhe a liberdade. Seus companheiros coroam-no, festejam-no, carregam-no em triunfo aos ombros. (p. 16-17)

Diante deste cenário pluriétnico, os grupos se reorganizaram no território: os indígenas se deslocaram de suas origens, em fuga, ou foram exterminados diante do colonizador, seja ele posseiro ou bandeirante; grupos de europeus de origens diversas estabeleceram-se na região por meio de atividades oficiais, comerciais, garimpeiras/minerárias e/ou agropecuária; e os negros executaram os trabalhos a eles destinados nas atividades econômicas citadas, ou delas fugiram para locais que foram denominados de *Quilombos*.

VI.

O termo quilombo tem sua origem junto aos povos de língua bantu (Ki-lombo, aportuguesado Qui-lombo). Sua presença e seu significado no Brasil se relaciona com alguns ramos desses povos bantu, cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Estes grupos são:

Lunda, Ovimbundu, Mbundu, Kongo e Imbangala cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire (MUNANGA, 2001 p.21)

Em todos os locais onde imperava a ordem escravocrata, há indícios de ocorrências de quilombos. O movimento de fuga representa uma negação da sociedade oficial, com sua opressão sobre os negros, na tentativa de eliminar suas línguas, culturas, religiões e estilos de vida. Os quilombos, por sua vez, consistiam na reafirmação destas culturas e de um estilo de vida africanos. (CARNEIRO, 2001). Nestes locais, eram realizadas desenvolvidas atividades de subsistência e, em alguns locais, ocorria o escambo com as comunidades do entorno.

A “classe escrava” se destacou já no início do século XVIII por seu número e por sua rebeldia. Entre 1710 e 1798, pelo menos 160 quilombos foram descobertos e destruídos nas Minas Gerais. Estas comunidades de escravos fugidos contavam com uma população que variava de uma dezena de integrantes a centenas de quilombolas, dentre os quais se destaca o *Quilombo do Ambrósio*, que foi destruído em 1746 e contava com mais de 600 ocupantes, segundo consta na documentação. (GUIMARÃES & CARDOSO, 2001)

O espaço ocupado pelos negros que fugiam da opressão provocada pelo sistema escravocrata era, muitas vezes, caracterizado por pequenos núcleos formados pela presença de algumas dezenas ou centenas de fugitivos. Em outros locais, menos vulneráveis à ameaça destrutiva de fazendeiros e seus capitães do mato, eram constituídos quilombos com milhares de ocupantes, de origens étnicas diversas.

Os quilombolas adotavam comportamentos semelhantes àqueles que praticavam na África. Nas matas onde se instalavam, coletavam vegetais, caçavam os animais e pescavam, o que, a depender do tamanho do quilombo, eram insuficientes para a subsistência de seus habitantes. Assim, desenvolviam lavouras no entorno de seus mocambos e faziam incursões às fazendas e lugarejos onde se apropriavam ou adquiriam animais e equipamentos por meio de escambos.

A instalação dos quilombos era orientada e determinada pelas matas e pelo relevo. Procuravam os recursos alimentares e a matéria prima para a construção de suas habitações e cercas. No interior da vegetação adensada, estabeleciam seus assentamentos. No entorno, implantavam lavouras para complementar os recursos disponíveis naturalmente e utilizavam os pontos mais altos e/ou estratégicos dos morros como mirantes para observação da área e se precaver quanto a futuros ataques, os chamados “morro do espia”.

A proximidade de rios e riachos era fundamental, sobretudo daqueles não navegáveis, pois não permitiam ao invasor o uso de embarcações; os rios, além de fornecerem a água para o uso doméstico, eram pontos em que os animais silvestres vinham beber, o que facilitava a caça. (ANDRADE, 2001 p. 83)

A maioria dos escravos que veio para o Serro foi de Angola, Benguela, Cabo Verde, Nagô, São Tomê, Cabinda, Congo, Moçambique e Rebolo Ladá. Entre os relacionados, os Nagós que compreendiam também os Minas, foram importados antes dos tratados entre Inglaterra e Portugal. *“Supersticiosos, os senhores mineiros, principalmente da Vila do Príncipe, tinham sempre uma negra mina por amásia, acreditando que isso lhe dava sorte na descoberta do ouro”*. (SOUZA, 1999, p.72)

Como a região do Serro era tipicamente mineradora, via-se um grande apreço pelos escravos e escravas Mina. Em 1726, o Governador do Rio de Janeiro, Luís Vaia Monteiro, assim descreveu:

[...] os negros Minas são os de maior reputação para aquele trabalho, [...] mas eu entendo que adquiriram aquela reputação por serem tidos por feiticeiros, e têm introduzido o diabo, que só eles descobrem ouro, e pela mesma causa não há mineiro que se possa viver sem uma negra Mina, dizendo que só com elas tem fortuna. (QUEIROZ, 1998, p. 29)

Os escravos Mina⁷ eram considerados mais experientes com a arte de minerar e de comercializar, sendo assim, tinham melhores meios de superar a sua condição de escravos. Os negros Mina traziam consigo uma forte tradição urbana e mercantil. De onde provinham, trouxeram experiências culturais e de relações de trabalho livre.

⁷ Mina era uma designação abrangente usada pelos portugueses para os escravos comprados na Costa da Mina, área vagamente definida que, em sua parte mais larga, ia de Cabo Palmas até Camarões, abraçando respectivamente as costas do Ouro e dos Escravos. Mais para o interior dos Estados litorâneos da Costa do Ouro havia uma série de reinos menores, onde predominavam os recursos auríferos da região. Eram Iguira, Wassa, Akiem e Adansi. (RUSSEL WOOD, 2005, p.181)

De acordo com VERGER (1987) a denominação ‘Mina’ era usada para identificar os escravos que embarcavam nos portos localizados na região da costa africana, chamada Costa da Mina, cujo nome estava associado ao Castelo de São Jorge da Mina, construído pelos portugueses em 1482. A Costa da Mina correspondia à parte da costa situada a leste de São Jorge da Mina, para além do rio Volta, na atual costa do Togo e da República Popular do Benin. Eram considerados trabalhadores mais fortes e resistentes as doenças que os Angolanos (RUSSEL-WOOD, 2005)



Figura 11: Extração de ouro.
Fonte: RIBEIRO & LEANZA, 2007.

A grande contribuição dos Mina à corrida do Ouro está no emprego de técnicas de mineração e metalurgia desenvolvidas por seus ancestrais, mais desenvolvidas que a dos portugueses e luso-brasileiros. Estes fabulosos escravos negros apresentaram técnicas, tais como o uso da bateia de madeira que substituíram os tradicionais pratos de estanho dos portugueses e o método de captar as partículas menores de ouro com telas feitas de couro de boi. Segundo Paiva (2002), esta mão de obra era extremamente especializada. Não era à toa os colonizadores buscarem por escravos mina. *“Em Minas tornaram se importantes como ourives e ferreiros profissões que exerciam legalmente”*. (RUSSEL WOOD, 2005, p182).

A inteligência e a expertise do negro cativo vêm sendo examinadas enquanto agentes do processo histórico, o que efetivamente foi. Vem sendo desfeita a imagem de um ser inteiramente submisso ao poder e aos desejos do senhor, sem qualquer espaço para a expressão de suas tradições culturais e de suas convicções, desprovidos de cabedais e de possibilidades de influenciar nas transformações sociais, no que se refere ao estatuto da propriedade privada. Prova disto são as Insurreições Quilombolas ocorridas por todo o Brasil e muito bem citadas em Mota (2005) quando são tratadas a importância do levante negro na região do Serro Frio e a participação da Insurreição em 1864, contestando a condição de escravos e pleiteando a condição de homens libertos e agentes históricos de seu tempo.

Estudos historiográficos recentes sobre a presença do negro na exploração agricultura e da mineração superam a visão deste ator figurar como simples parte de uma força produtiva escrava. Ou seja, o escravo contribuiu fortemente para a cultura nacional e não se limitou apenas aos

elementos da música, culinária e linguagem, mas chegou às práticas minerárias da região do Serro Frio. (PAIVA, 2009)

Na região, há registros de muitos Quilombos, demonstrando a resistência negra e o quantitativo significativo de homens e mulheres que buscavam por liberdade. Na vereação de 04 de janeiro de 1790 pelo procurador, foi dito que esta Vila se achava cercada de negros fugidos; que na Chácara do Camões, debaixo de uma lapa se achavam 7 ou 8 com duas negras a roubarem todos; que no Engenho do Pires havia um quilombo e outro e outro; requeria que fossem mandados capitães-do-mato, para, com energia, saírem na sua obrigação; o que logo foi deferido. (SILVA, 1928)

Os quilombos que havia na Região do Serro se situavam na Serra do Itambé e do Espinhaço.

Os quilombos das serras do Itambé e do Espinhaço funcionaram como grandes campos de treinamento para o levante e eu grau de solidariedade aos escravos indica o claro papel que desempenhavam na organização social das comunidades escravas da Comarca do Serro. A rapaziada sujeita das senzalas e a rapaziada sujeita das matas, tinha muito em comum (...) em busca de autonomia. (MOTA, 2005, p.210)

Considerando a enorme quantidade de mão de obra negra, havia, de fato, muitos quilombos na região. Segundo Souza (1999), “Multiplicavam-se os quilombos ao redor da Vila, grandiosos como o de São Gonçalo ou de São Sebastião dos Quilombos, onde se originou a localidade chamada S. José dos Quilombos” (p.81). A distribuição da população escrava no Serro pode ser observada no

Quadro 3.

Quadro 3: Distribuição da População escrava da cidade do Serro segundo sexo e cor, em 1840

QUALIDADES	HOMENS	H%	MULHERES	M%	TOTAL	Abs.%
Africanos	333	47%	134	28%	467	39,3%
Crioulos	233	33%	230	47,8%	463	39%
Cabras	92	13%	63	13%	155	13,1%
Pardos	48	7%	53	11%	101	8,5%
Mestiços	0	0%	1	0,2%	1	0,1%
Totais	706	100%	481	100%	1187	100%

Fonte: APM- Censo Provincial, 1840 apud MOTA, 2005.

Há uma curiosidade sobre a região do Serro: alguns cidadãos da sociedade mineradora criaram uma Associação filantrópica denominada *Os Obreiros da Emancipação*, cujo art. 5 reza: *O fim que esta Associação se propõe é criar uma renda mensal limitada por meio de contribuições mensais para com ela emancipar na pia batismal de preferência, e alimentar o maior número de possível de crianças*

negras. (SOUZA, 1999, p.82). Essa Associação foi criada no dia 10 de fevereiro de 1870 pelos escravocratas da época e alguns senhores de engenho. Sua existência demonstrou que, mesmo inserida em uma sociedade conservadora e escravocrata, havia consciência humanitária em relação à situação dos negros àquela época.

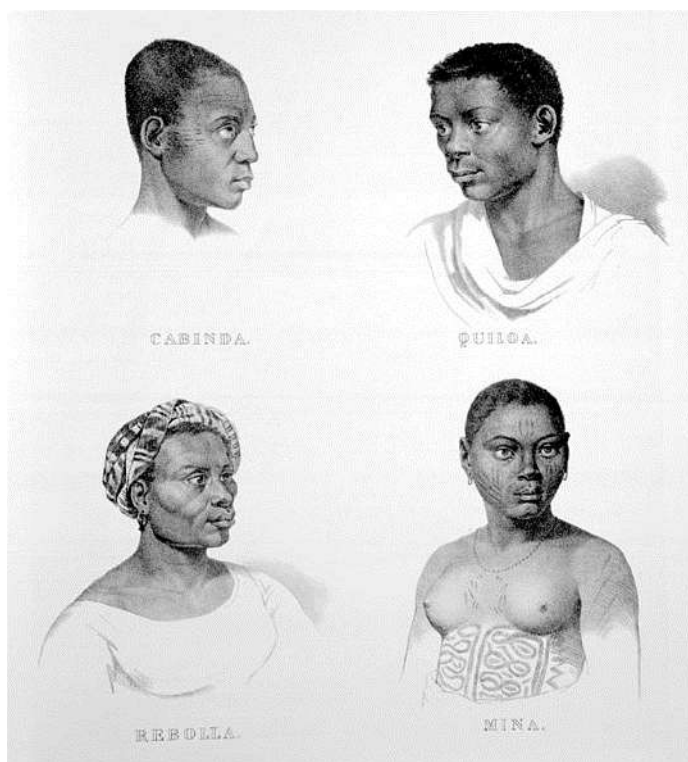


Figura 12: Escravos de Cabinda, Quiloa, Rebola e Mina (Rugendas, 1830).⁸

JACINTA DE SIQUEIRA, A EX ESCRAVA A DESCOBRIDORA DAS MINAS DO IVITURUI

Há um personagem no Serro que teve uma grande relevância histórica na Região, assim como Chica da Silva teve relevância em Diamantina. Esta personagem foi Jacinta de Siqueira.

Na primeira metade do século XVIII, na Vila do Príncipe, chegou às terras do Serro Frio, a ex-escrava Jacinta de Siqueira (alforriada), natural da Costa da Mina (África) e como já dito antes, quem provinha da Costa da Mina tinha no sangue e como profissão a “arte de minerar”.

Reza a lenda que, antes mesmo da chegada dos descobridores oficiais, esta mulher foi a primeira a encontrar ouro no Córrego dos Quatro Vinténs, que tomou este nome exatamente por se referir à quantidade de ouro extraída. Isto tornou a vida da negra forra, completamente diferente,

⁸ Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rugendas-Escravos_de_Cabinda,_Quiloa,_Rebola_e_Mina.jpg>.
Acesso em: 26 fevereiro, 2017.

transformando-a numa das maiores mineradoras, proprietária de terras e de escravos, no nascente Arraial do Ipituruí. Com o seu trabalho e o seu dinheiro, ajudou a construir a Igreja da Purificação, considerada a primeira em madeira e taipa do Serro. (SOUZA, 1999)

Passa ao pé da Cidade o histórico córrego dos Quatro Vinténs, onde foram levadas a efeito as primeiras bateadas. A existência de ouro a granel nesse córrego foi anunciada aos exploradores pela africana Jacinta Siqueira, que mandou construir a primeira igreja no lugar (IBGE).

Jacinta é citada por Gilberto Freyre em seu livro Casa Grande e Senzala, como uma célebre mulher africana que, em fins do século XVII ou princípios do XVIII, “veio com diversos bandeirantes da Bahia” e a quem “se deve o descobrimento do ouro no córrego dos Quatro Vinténs e ereção do Arraial à Villa Nova do Príncipe em 1714” (SOUZA, 1999)

Atualmente, é sobre a Fazenda da Siqueira, patrimônio cultural da Cidade do Serro, que se encontra nos arredores da cidade às margens do Córrego da Siqueira, que existem relatos sobre ser neste local que morou Jacinta. A propriedade se localiza nos arredores da Serra do Espinhaço, com a Pedra Redonda e o Pico do Itambé, às margens da BR-259, na altura do Pesque-Pague, a 4 Km da cidade, na saída para Sabinópolis e Guanhães. (Prefeitura do Serro)

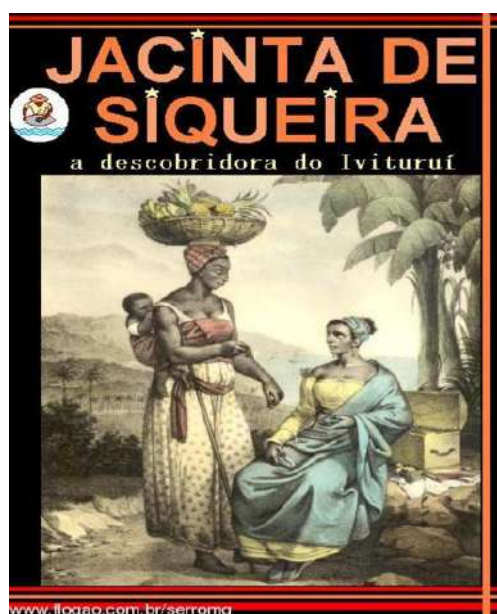


Figura 13: Representação da escrava Jacinta.
Fonte: <http://www.flogao.com.br/serromg/49547695>

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Segundo o cadastro do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva/CEDEFES e a Fundação Palmares, na região do Serro constam 05 Comunidades de Remanescentes Quilombolas Certificadas, do total de 226 no Estado de Minas Gerais. São elas: Ausente, Baú, Queimada, Santa Cruz e Vila Nova – **Quadro 4**.

Quadro 4: Comunidades de Remanescentes de Quilombolas Certificadas.

ESTADO	MUNICÍPIO	CÓDIGO DO IBGE	COMUNIDADE	DATA DE PUBLICAÇÃO
MG	Serro	3167103	Ausente	03/09/2012
MG	Serro	3167103	Baú	03/09/2012
MG	Serro	3167103	Queimada	03/09/2012
MG	Serro	3167103	Santa Cruz	03/09/2012
MG	Serro	3167103	Vila Nova	03/09/2012

Fonte: Fundação Palmares.

De acordo com o site da Prefeitura do Serro, assim são descritas as Comunidades Quilombolas localizadas no município⁹:

Quilombo Baú

A comunidade quilombola do Baú localiza-se no município de Serro, na região do Vale do Jequitinhonha, a 25 km da cidade sede. Possui luz elétrica, escola infantil e uma escola municipal com ensino fundamental até o 5º ano. A comunidade mantém parentesco com os moradores do quilombo de Ausente. Há relatos que eles seriam de origem banto, da região centro-sul do continente. Na comunidade há evangélicos e católicos. No dia 19 de setembro, é comemorada a festa de N. S. do Rosário no distrito de Milho Verde, da qual eles participam. Alguns moradores ainda falam frases em banto originadas da matriz africana e entoam cânticos em Vissungo ao velar mortos e nos trabalhos na roça. Mantêm ainda outros rituais típicos da cultura. São exemplos de palavras do dialeto de moradores da comunidade: angoró (cavalo), omana (falta de roupa), n'gaiazambi (Deus), mavu (cemitério), pipoque (feijão), massambi (arroz), calunga (água), apungo (fubá), otita (noite), oteta (dia), caimina (moça nova), macuco (mulher velha) e n'jará (fome). Delimitam a área a Mata Atlântica, cerrado e campos preservados.

Quilombo Ausente

A comunidade quilombola do Ausente, ou do Córrego do Ausente, localiza-se no município de Serro, na região do Vale do Jequitinhonha. A comunidade é dispersa e está subdividida nos lugares

⁹ Disponível em: <http://www.serro.mg.gov.br/comunidades-em-serro/comunidade-quilombola.html>. Acesso em: 26 fevereiro, 2017.

denominados Papagaio, Massangana, Ausente de Cima e Ausente de Baixo. Fica a 3km do distrito de Milho Verde. Possui luz elétrica, escola infantil e uma escola municipal com ensino fundamental até o 5º ano. Os habitantes do Ausente se originaram da comunidade do Baú, situada em Serro, na encosta do Espinhaço. São de origem Banto, da região centro-sul do continente africano. As duas comunidades, Ausente e Baú, mantêm parentesco cultural. Há evangélicos e católicos. Guardam tradições e, no dia 19 de setembro, comemoram a Festa de Nossa Senhora do Rosário, rainha dos homens pretos. Algumas palavras presentes no vocabulário da comunidade de Ausente: angoró (cavalo), omana (falta de roupa), n'gaiazambi (Deus), mavu (cemitério), pipoque (feijão), massambi (arroz), calunga (água), apungo (fubá), otita (noite), oteta (dia), caimina (moça nova), macuco (mulher velha) e n'jará (fome).

Quilombo Vila Nova

A comunidade quilombola de Vila Nova localiza-se em São Gonçalo do Rio das Pedras, município de Serro na região do Vale do Jequitinhonha. A comunidade se encontra dispersa, devido à necessidade de trabalhar fora (São Paulo, Belo Horizonte, Diamantina). Há relatos que os primeiros familiares do local teriam vindo de Água Santa, perto da Mata dos Crioulos em Santo Antônio do Itambé. Migraram para diversas localidades e se instalaram em São Gonçalo do Rio das Pedras, distrito de Serro. Próximo à comunidade, há ensino fundamental e médio, divididos em escolas municipal e estadual. Na comunidade, há católicos e evangélicos. No mês de outubro, comemoram a Festa de Nossa Senhora do Rosário, rainha dos homens pretos. Estão sempre buscando viver um pouco da cultura original e vão repassando-a para seus familiares. A comunidade está cercada pelo cerrado

Quilombo Queimadas

A comunidade quilombola de Queimadas está localizada na região entre a divisa dos municípios de Serro e Santo Antônio do Itambé, sendo pertencente ao Vale do Jequitinhonha. A comunidade de Queimadas subdivide em cinco regiões, sendo elas a Cabeceira de Mumbuca, Córrego Cavalcante, Arraial de São José das Maravilhas e Córrego do Criminoso, fazendo divisa com as comunidades de Itambé, Botafogo e Mumbuca. Atualmente com cerca de 54 famílias e aproximadamente 245 pessoas. As crianças da comunidade se deslocam para escolas da região, já que a comunidade não possui escolas. Os moradores de Queimadas, em sua grande maioria, trabalham na lavoura, cultivando café e mandioca, algumas mulheres da região vendem hortaliças na região.

Quilombo Fazenda Santa Cruz

A comunidade quilombola da Fazenda Santa Cruz localiza-se perto do distrito de Vau, pertencente a Diamantina. Ela está dispersa entre Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. É bem antiga e, no início, tinha o nome de Fazenda do O, devido à localização entre montanhas e cerrados que tem por formato a letra O. A subsistência vem do Bolsa-Família e da Associação de Clube de Mães, que apadrinha crianças. Nesta comunidade, há apenas católicos. Destaca-se a festa de Santo Antônio, no dia 13 de junho, e São João no dia 24 de junho. A festa de Santa Cruz é celebrada na segunda semana de setembro. Possui energia elétrica e uma escola municipal com ensino até 5º ano fundamental.

VII.

Uma figura de expressão histórica na comarca do Serro Frio foi Teófilo Benedito Ottoni, nascido em 27 de novembro de 1807, na Vila do Príncipe. Primogênito entre os doze filhos do político Jorge Benedito Ottoni e de D. Rosália de Souza Maia, foi casado com D. Carlota Amália de Azevedo Cunha, filha do Conselheiro Joaquim Francisco de Azevedo e de D. Marianna de Azevedo Cunha. Em 1863, se tornou Senador do Império e foi um dos maiores representantes do que se poderia chamar de liberalismo republicano mineiro (CARVALHO, 1934).



Figura 14: Teófilo Ottoni.¹⁰

¹⁰ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Teófilo_Ottoni. Acesso em 02/10/2016.

Considerado um homem polêmico, Teófilo Ottoni foi um dos principais líderes da Revolução de 1842¹¹, em Minas Gerais, contra o partido conservador no governo Monarquista de Dom Pedro II. Vencido na batalha de Santa Luzia, por Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, foi preso, processado, julgado e absolvido por unanimidade em Mariana. Posteriormente, foi beneficiado pela anistia geral decretada pelo imperador Dom Pedro II. Teófilo Ottoni foi o criador do costume de acenar para o povo com um lenço branco, tornando isso um gesto simbólico do liberalismo brasileiro. Entre 1830 e 1832, portanto antes da Revolução de 1842, Ottoni escrevia para o periódico chamado a “Sentinela do Serro”, hoje desaparecido, e teve destacada atuação na luta pela republicanização no país. (DUARTE, 2002).

A sua principal atuação para o desenvolvimento na região do Serro ocorreu entre 1850 e 1860 depois de se separar da política e fundar uma empresa de comércio e colonização no interior de Minas, a “Companhia de Comércio e Navegação o Rio Mucuri”. A empresa tinha como objetivo promover o desenvolvimento e a colonização do Vale do Rio Mucuri. Desta forma, incentivou a instalação e fixação no Vale do Mucuri de imigrantes europeus, entre os quais austríacos, suíços, e, particularmente, alemães. Insta salientar que Teófilo Ottoni era descendente de italianos e sentia a necessidade de trazer imigrantes europeus para a região visando o “progresso” e “branqueamento” da população. Este almejado progresso implicou na morte dos índios Botocudo que ocupavam a região. Outra de suas ações foi a fundação da colônia Filadélfia, que originaria o município de Teófilo Ottoni, em Minas Gerais. (RAMINELLI, 1996)

O historiador Daniel de Carvalho (1934) acreditava que Teófilo Ottoni era um mediador entre os índios e os imigrantes e não um exterminador de índios Botocudo. Segundo ele, as expedições à região foram dificultadas por grupos indígenas que habitavam a região do Vale do Mucuri, muitos dos quais conhecidos, na época, por Botocudos. Sendo assim, Teófilo Ottoni iniciou um processo de pacificação, colonização e civilização dos indígenas por meio de negociações para a ocupação das terras pelos colonos da Companhia e, ao mesmo tempo, o respeito a áreas reservadas aos indígenas.

Alguns historiadores, políticos e biógrafos, no entanto, tiveram outra percepção de Teófilo Ottoni: não como pacifista e mediador de conflitos entre índios e imigrantes colonos, pelo contrário, o viam como exterminador dos índios em detrimento do “progresso” e do assentamento de imigrantes. Segundo Amoroso (2014), Ottoni oscilava entre prejudicar os índios Botocudo e negociar com eles a aceitação dos novos colonos.

¹¹ Revoltas liberais de 1842 foram movimentos sediciosos que agitaram o Brasil durante o Império, promovidos e organizados pelo Partido Liberal, que contestava a elevação do Partido Conservador ao poder.

O programa de colônias de imigração da Companhia do Mucuri conduzido pela família Ottoni dispôs inicialmente os botocudos contra os colonos e proletários urbanos europeus que convergiram para a região no final da década de 1840. Alegava-se que a propaganda brasileira a favor da imigração veiculada na Europa garantia aos colonos o usufruto das matas ubérrimas, livre dos índios, direito firmado por contrato com a Companhia da Colonização. (p.)

Segundo Teófilo Ottoni eram os Tupiniquins os primeiros índios da terra e não os Botocudos. (AMOROSO, 2014). O desinteresse que Ottoni tinha pelos Botocudo vivos era notório na medida que enaltecia os índios Tupis da costa, que segundo ele e antigos colonos da região eram os primeiros habitantes da terra.

O vale do Mucuri só foi devassado após 1847, graças à ação da Companhia do Mucuri, administrada pela família Ottoni, posteriormente à ação desenvolvida no rio Pardo.

A ação dos Ottoni encontrou forte resistência no cacique Poton, dos Jiporok, que se recusou a estabelecer contato. (PARAÍSO, 1996 p.418)

VIII.

Em texto obtido junto à Direção do Museu Regional Casa dos Ottoni, foi possível levantar as seguintes informações sobre a Instituição:

Segundo fontes de memorialistas locais, a casa foi edificada para abrigar o procurador do senado da Câmara da Vila do Príncipe eleito para o cargo em 1785, o reinol Manuel Gomes de Amorim e sua esposa, Juliana Corrêa. A ocupação da casa pela família Ottoni ocorreu, apenas e provavelmente, na transição do século XVIII para o XIX e nela nasceram, entre outros irmãos, Teófilo e Christiano Ottoni, ambos senadores no período do Império. Desde seu abandono pelos Ottoni, no início do século XX, até a instituição do Museu, a casa serviu como asilo de órfãos, liceu, maternidade e patronato agrícola. Como Museu, sua idealização ocorreu ao final da década de 1940, sob influência e intermédio de Rodrigo Mello Franco de Andrade, então diretor do, à época, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

Após a desocupação pela família Ottoni, a casa foi comprada, em 1911, pela Santa Casa de Caridade da cidade do Serro e, pouco tempo depois, teve ali instalado um asilo de órfãos e liceu, que veio a funcionar entre os anos de 1913 e 1914.

Em 1918, o imóvel passou ao domínio da União, tendo como interveniente Julio Beneditto Ottoni, filho de Christiano Ottoni. A negociação feita junto ao Ministério da Agricultura visava a implantação de um patronato agrícola, o “Patronato Agrícola Casa dos Ottoni”. Seu período de atividade, no entanto, foi curto: de 1921 a 1930, quando se extinguiu.

Em dezembro de 1934, foi instalada na Casa dos Ottoni uma maternidade denominada “Maternidade da Imaculada Conceição”. A instituição era administrada pela Santa Casa de Caridade e voltada para o atendimento de parturientes pobres. Cerca de 10 anos após a instalação da Maternidade, em 13 de abril de 1944, pelo Decreto-Lei n. 6.418, o Ministério da Fazenda, por meio da Diretoria do Domínio da União, autorizou a alienação do imóvel via concorrência pública. Entretanto, por intervenção do diretor do SPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, a venda não ocorreu e a posse do imóvel foi transferida para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em outubro daquele ano. Ainda em 1944, teve início uma restauração no imóvel devido ao seu precário estado de conservação.

O tombamento do imóvel pelo SPHAN ocorreu em 28/04/1950, conforme o Livro de Tombo, nº270, fl.46. Já nos anos 50, o edifício passou a abrigar partes do acervo de imagens sacras, tais como as imagens de roca, da antiga Igreja da Purificação da cidade do Serro, igreja esta que havia sido demolida na década de 1920.



Figura 15: Fotografia da Casa dos Ottoni durante a reforma de 1944.

Fonte: Iphan, Serro-MG.

Não existem registros de funcionamento regular do museu entre as décadas de 1960 e 70, algo que só viria a ocorrer a partir de 1991. Antes da sua (re)inauguração, nova restauração ocorreu no início dos anos 1980, quando as características atuais foram incorporadas.

Em seu acervo constam peças do século XVIII e XIX, ou seja, objetos que remontam ao Brasil Colônia e Império, tais como imagens sacras e mobiliário da família Ottoni.

5. METODOLOGIA

Relativamente recente como ciência, pois instituída na Europa apenas na primeira metade do século XX, a Arqueologia pode ser entendida como *um conjunto de métodos e técnicas (...) que permite localizar, analisar e interpretar os indícios materiais da presença e da atividade dos homens no seu quadro natural e artificial* (PROUS, 1999). Mais do que um rol de técnicas e procedimentos, é uma

ciência social, que visa, a partir da análise das materialidades que nos rodeiam, contribuir para o conhecimento da história da nossa espécie. Nesse sentido, há muito que ela abandonou a sua matriz inicial de “estudo de antiguidades” para assumir, como âmbito da sua actividade, a totalidade do espaço planetário e do tempo histórico, até a actualidade (JORGE, 2000, p.11).

Considerando a premissa de que *Pessoas e culturas podem desaparecer, mas sua cultura material frequentemente sobrevive no registro arqueológico e pode ser usada para reconstruir seu passado* (KASSAM & MEGERSA, 1989, p.23). A Arqueologia investiga coisas, relações, processos e significados do passado das totalidades socioculturais e ambientais, bem como suas fronteiras temporais e espaciais, organizações, operações e mudanças ao longo do tempo e através do mundo investigando os traços e remanescentes materiais de sua presença.

O processo de investigação arqueológico se caracteriza pela sua multiplicidade e prescinde da utilização e integração de diferentes procedimentos. Assim não somente deve o levantamento arqueológico ser direcionado para a identificação da cultura material, mas também para o entendimento das propriedades essenciais do registro (SCHIFFER, 1978). Desta forma, um diagnóstico ou uma prospecção arqueológica não se limita à identificação de sítios ou vestígios arqueológicos, mas se configura em um esforço do pesquisador em compreender como o espaço e a paisagem favoreceram, ou até como foram utilizados por sociedades e grupos em um passado recuado ou até mesmo recente (BICHO, 2006).

O desenvolvimento dos procedimentos previstos no Projeto encaminhado e aprovado pelo IPHAN foi orientado pelo Termo de Referência e pela Nota Técnica sobre a Especificação do Serviço de Arqueologia, ambos emitidos pelo IPHAN especificamente para este Projeto de Arqueologia Preventiva no Quintal da Casa dos Ottoni.

5.1.DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

Para o desenvolvimento da Pesquisa de Arqueologia Preventiva no Quintal da Casa dos Ottoni foram consideradas duas áreas de investigação distintas, porém contíguas, definidas

previamente pela Coordenação do Projeto de Arquitetura e Engenharia do Museu regional Casa dos Ottoni, a saber:

- Área 01: reservada para implantação da Edificação: 257,31m² (**Foto 1**)
- Área 02: reservada para Intervenções de Pavimentação e Caminhamentos: 3129,42 m² (**Fotos 2**)



Foto 1: Vista geral da Área 01.



Fotos 2: Vistas parciais da Área 02.

Os procedimentos projetados para a Área 01 seguiram a orientação de uma malha de 4x4m, onde, nas interseções dos *transects*, foi aberto um poço teste. Já para a Área 02, foram realizados caminhamentos e abertos poços-teste equidistantes em 10m (ver **ANEXO 3: PONTOS E MALHA DE INTERVENÇÃO/PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA**).

Em ambos os casos, para aqueles poços teste que resultaram na identificação de material arqueológico em profundidade ou em superfície, foi aberta uma sondagem de 1x1m, denominada de Unidade de Escavação (UE) tendo o poço como ponto central. No caso da Área 02, conforme instrução do técnico do IPHAN que originalmente conduziu este Processo e considerando se tratar

de uma área que deverá sofrer intervenções de baixo impacto, dentre as intervenções realizadas, foram escolhidos dois poços testes que seriam profícuos em termos de seu potencial arqueológico.

5.2.PROCEDIMENTOS DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA

Os procedimentos de Arqueologia Preventiva desenvolvidos em campo se basearam em levantamentos prospectivos sistemáticos e assistemáticos, no resgate do material arqueológico, na orientação dos visitantes e no levantamento de informações sobre a área alvo desta investigação.

ETAPA DE GABINETE

As atividades desenvolvidas em gabinete foram as seguintes:

- Pesquisa bibliográfica e documental especializada referente à arqueologia, história e etnohistória local e regional;
- Definição dos pontos de intervenção nas áreas de estudo por meio de imagens de satélite;
- Consolidação dos dados obtidos em campo e elaboração um relatório final com a rubrica "*Arqueologia Preventiva*".

ETAPA DE LABORATÓRIO

Em laboratório foram realizadas as atividades de curadoria e inventário do material exumado em campo.

O detalhamento dos procedimentos empregados nesta etapa será apresentado em Relatório específico.

ETAPA DE CAMPO

Os procedimentos de prospecção e resgate arqueológicos realizados na área alvo da investigação serão descritos na sequência.

Localização e identificação dos pontos de intervenção

Utilizando aparelho GPS manual, carregado com as coordenadas UTM Datum SIRGAS 2000 que localizavam os pontos constituintes do *grid* proposto no Projeto (ANEXO 3: PONTOS E MALHA DE INTERVENÇÃO/PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA), foram realizados caminhamentos, colocados sinalizadores destes pontos (**Fotos 3**) e abertas intervenções em sub superfície na forma de poços teste e unidades de escavação.



Fotos 3: Localização e identificação dos pontos de intervenção.

Registro fotográfico

Registros fotográficos de alta resolução do ambiente, dos achados e dos procedimentos arqueológicos foram feitos em diferentes momentos, a saber, antes e depois das intervenções de natureza arqueológica e na finalização dos trabalhos – **Fotos 4**.



Fotos 4: Registro fotográfico.

Intervenções em subsuperfície: tradagens

Orientados pelo *grid* de pontos proposto e aprovado no Projeto (ANEXO 3: PONTOS E MALHA DE INTERVENÇÃO/PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA) foram abertos poços-teste na forma de tradagens. Para a realização destas intervenções em sub superfície foram utilizadas cavadeiras articuladas do tipo boca de lobo, que determinaram o diâmetro dos poços teste, a saber, 0,30 a 0,40 m. A profundidade destas intervenções foi determinada pela localização da camada arqueologicamente estéril - **Fotos 5**.



Fotos 5: Abertura de tradagens.

Intervenções em subsuperfície: sondagens

Conforme a metodologia proposta no Projeto, as

Intervenções de natureza arqueológica, cuja escolha deverá ser orientada segundo as especificidades de cada sítio ou estrutura e os questionamentos que se pretende solucionar. Ou seja, critérios como tipo de sítio, localização da área a ser investigada, potencial de informações, volume de sedimento deverão ser considerados na escolha do tipo de escavação que se pretende.

Considerando sua localização e seu potencial informativo, foram escolhidas 03 (três) tradagens para ampliação, a partir da intervenção que se tornou seu ponto central. Desta forma, foram escavadas 03 (três) sondagens isoladas, com dimensões de 1,0 x 1,0m, que foram denominadas de Unidade de Escavação (UE) – **Fotos 6**.



Fotos 6: Abertura de Unidades de Escavação/UE.

Escavação

Para a abertura dos poços teste, foram seguidos os procedimentos mencionados: utilização de cavadeira boca de lobo até a localização do nível arqueologicamente estéril. Durante a abertura destas intervenções, todo o sedimento era analisado e peneirado, visando a identificação de vestígios de cultura material. Igualmente observada e verificada foi a estratigrafia revelada durante a retirada do sedimento. Ao final, era feita a medição da profundidade atingida e o sedimento recolocado, visando o enchimento do poço teste.

A realização das Unidades de Escavação/UE se orientou pelo seguinte roteiro: demarcação da área de escavação em uma quadricula de 1,00 x 1,00m a partir do posicionamento central da tradagem original. A delimitação das laterais das UEs foi feita por meio de estacas de madeira e

barbante. Definida a área de intervenção, com a utilização de enxadas e pás, foi retirada a camada superficial de gramíneas. O procedimento foi realizado cuidadosamente visando a preservar a integridade desta camada vegetal uma vez que seria recolocada imediatamente ao encerramento da escavação. Na sequência, o sedimento foi escavado por decapagem, a fim de evidenciar os níveis naturais da estratigrafia, o que não se realizou devido às atuais condições do terreno, resultado de movimentações e interferências pretéritas.

Em ambas as situações, tradagens e UEs, quando eram localizados vestígios de cultura material, era feita a tentativa de registrar a camada estratigráfica e/ou profundidade do achado. No entanto, como será discutido oportunamente, esta prática não se revelou viável. Toda peça de cultura material identificada, em decapagem ou no sedimento retirado, foi coletada e registrada. Com exceção dos materiais utilizados em obras civis, tais quais, arames, tijolos, telhas, todos os demais foram coletados, registrados (em texto e em fotografias de conjunto), identificados por meio de etiquetas e acondicionados para serem submetidos aos procedimentos de Curadoria em laboratório.

Quanto ao sedimento retirado durante a escavação, todo ele foi peneirado e vistoriado a fim de localizar peças e fragmentos de pequenas dimensões e não observados durante a escavação. A escavação do sedimento foi realizada com a utilização de sachos, colheres de pedreiro, cavadeiras (para o acerto das bordas e laterais) e pincéis/trinchas. A retirada do sedimento do interior das áreas escavadas foi feita com pás.

No conjunto de fotos apresentado a seguir – **Fotos 7** – são ilustradas as etapas da escavação nestas áreas ampliadas a partir de tradagens.



Delimitação da área de escavação/UE02.



Delimitação da área a ser ampliada a partir da tradagem/UE01.



Retirada da camada superficial de gramíneas/UE03.



Retirada da camada superficial de gramíneas/UE01.



Definição das laterais da quadrícula/UE01.



Quadrícula sem a camada superficial de gramíneas/UE01.



Escavação por decapagem/UE02.



Escavação por decapagem/UE03.



Retirada do sedimento do interior das escavações/UE02.



Peneiramento do sedimento das escavações/UE02.



Verificação do sedimento na peneira/UE02.



Verificação do sedimento escavado/UE03.



Registro fotográfico do conjunto do material exumado nas escavações.



Triagem e registro do material construtivo identificado na escavação/UE01.



Identificação e acondicionamento das peças exumadas/UE03.



Verificação da profundidade da área escavada/UE03.



Armazenamento de gramíneas e sedimento/UE03.



Preenchimento da área escavada/UE03.



Preenchimento da área de escavação/UE01.



Recolocação da camada de gramíneas/UE01.



Área escavada preenchida/UE01.

Fotos 7: Etapas da escavação nas áreas ampliadas.

Registro e caracterização

Os procedimentos realizados foram descritos textualmente e registrados por meio de fotografias e localização georreferenciada utilizando aparelho portátil de GPS, sobretudo no tocante aos caminhamentos e às intervenções em subsuperfície.

As peças de cultura material identificados na área de estudo foram registradas em cadernetas de campo, fotografadas, etiquetadas conforme ficha ilustrada na **Figura 16** e devidamente acondicionadas para serem submetidas aos procedimentos de curadoria.


Amostra	Projeto de Prospecção Arqueológica - CASA DOS OTTONI - SERRO/MG	
PONTO ou TRADAGEM:		
Localidade:		
Coordenadas WGS:		
Sítio Arqueológico:		
<input type="checkbox"/> Superfície <input type="checkbox"/> Doação <input type="checkbox"/> Tradagem - Prof: _____ cm		
<input type="checkbox"/> Cerâmica No. _____ <input type="checkbox"/> Ossos No. _____ <input type="checkbox"/> Outros No. _____		
<input type="checkbox"/> Metal No. _____ <input type="checkbox"/> Vidro No. _____		
<input type="checkbox"/> Lítico No. _____ <input type="checkbox"/> Sedimento		
Observações:		
Responsável: _____		Data: ____/____/____

Figura 16: Ficha de amostra arqueológica.

A coleta, identificação e o acondicionamento provisório de material arqueológico identificado em superfície e em profundidade é ilustrado nas **Fotos 8**, a seguir:



Fotos 8: Coleta, identificação e acondicionamento do material arqueológico.

Em uma ficha própria e compatível com a Ficha de Registro de Sítios Arqueológicos do CNSA/IPHAN, ilustrada na **Figura 17**, foram feitos os registros dos pontos de intervenção. Estes registros se basearam nas informações referentes à localização, coordenadas geográficas (UTM), data, cobertura vegetal, relevo e compartimentação geográfica, uso e ocupação do solo, caracterização dos achados e das camadas de sedimento segundo sua espessura e profundidade, cor, textura e compactação.

Pontos: Casa dos Ottoni					
Localidade	Nº PT:	<input type="checkbox"/> Tradagem <input type="checkbox"/> Vistoria	Coordenadas:		
Responsável:	Data:	PROSPECÇÃO COM INTERVENÇÃO			
Em caso de Intervenção não realizada: <input type="checkbox"/> Acesso difícil <input type="checkbox"/> Água <input type="checkbox"/> Cascalheira <input type="checkbox"/> Estrutura do empreendimento <input type="checkbox"/> Risco à segurança <input type="checkbox"/> Rocha <input type="checkbox"/> Via de acesso					
Ocorrência arqueológica em superfície: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim: Qual? _____					
Sítio arqueológico: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim: Tipo: _____ Nome: _____					
Cobertura Vegetal	Relevo	Compartimentação	Uso e ocupação do solo	Fotos	
<input type="checkbox"/> Campo <input type="checkbox"/> Cerrado <input type="checkbox"/> Cultivos <input type="checkbox"/> Mata <input type="checkbox"/> Silvicultura	<input type="checkbox"/> Monto <input type="checkbox"/> Planície <input type="checkbox"/> Planalto <input type="checkbox"/> Depressão <input type="checkbox"/> Vale	<input type="checkbox"/> Topo <input type="checkbox"/> Alta Vertente <input type="checkbox"/> Média Vertente <input type="checkbox"/> Baixa Vertente <input type="checkbox"/> Fundo de Vale	<input type="checkbox"/> Agricultura <input type="checkbox"/> Açude/Reservatório <input type="checkbox"/> Cultura de subsistência <input type="checkbox"/> Empreendimento <input type="checkbox"/> Pastagem <input type="checkbox"/> Vegetação (mata) <input type="checkbox"/> Via de acesso		
Superfície					Fotos
<input type="checkbox"/> Serrapilheira <input type="checkbox"/> Blocos de rocha <input type="checkbox"/> Solo exposto <input type="checkbox"/> Gramíneas					
Nível (cm)	Textura	Coloração	Compactação	Ocorrência	Fotos
Camada 01	<input type="checkbox"/> Arenosa <input type="checkbox"/> Areno-Arquosa <input type="checkbox"/> Argilosa <input type="checkbox"/> Sil	<input type="checkbox"/> Marrom <input type="checkbox"/> Marrom-avermelhado <input type="checkbox"/> Marrom-laranja <input type="checkbox"/> Marrom-escuro <input type="checkbox"/> Amarelo	<input type="checkbox"/> Solta <input type="checkbox"/> Macia <input type="checkbox"/> Dura <input type="checkbox"/> Muito dura		
0 a _____ cm					
Camada 02	<input type="checkbox"/> Arenosa <input type="checkbox"/> Areno-Arquosa <input type="checkbox"/> Argilosa <input type="checkbox"/> Sil	<input type="checkbox"/> Vermelho <input type="checkbox"/> Vermelho-amarillo <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Marrom	<input type="checkbox"/> Solta <input type="checkbox"/> Macia <input type="checkbox"/> Dura <input type="checkbox"/> Muito dura		
_____ a _____ cm					
Camada 03	<input type="checkbox"/> Arenosa <input type="checkbox"/> Areno-Arquosa <input type="checkbox"/> Argilosa <input type="checkbox"/> Sil	<input type="checkbox"/> Vermelho <input type="checkbox"/> Vermelho-amarillo <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Marrom	<input type="checkbox"/> Solta <input type="checkbox"/> Macia <input type="checkbox"/> Dura <input type="checkbox"/> Muito dura		
_____ a _____ cm					
Profundidade final					
Descrição					Fotos
					Exatidão:
					Posicionamento:
					Detalhes:

Figura 17: Ficha de caracterização de intervenções.

Ações de educação patrimonial

A despeito de não terem sido previstas ações de educação patrimonial no Termo de Referência deste Edital e no Projeto aprovado pelo IPHAN, foram feitas orientações junto aos visitantes e funcionários do Museu Casa dos Ottoni – **Fotos 9**.



Fotos 9: Ações de educação patrimonial.

Levantamento de informações em campo

Durante as atividades de campo, foram realizados levantamentos de informações complementares junto ao escritório do IPHAN local e aos funcionários do Museu Casa dos Ottoni.

Ainda que as peças em exposição no Museu da Casa dos Ottoni sejam externas, ou seja, resultado da doação de famílias locais, foram fotografadas visando uma referência para a identificação dos achados. No escritório do IPHAN no Serro, igualmente, foram fotografadas as peças em exposição, com o mesmo objetivo. As peças guardadas no acervo da Autarquia não apresentavam inventário ou identificação precisa para que pudessem ser utilizadas com maior precisão - **Fotos 10:** Objetos em exposição no escritório do IPHAN local. e **Fotos 11**.



Fotos 10: Objetos em exposição no escritório do IPHAN local.



Fotos 11: Objetos em exposição no Museu Casa dos Ottoni.

6. RESULTADOS

6.1. Levantamento Prospectivo

Entre os dias 25 e 29 de julho de 2016 foram desenvolvidos procedimentos de prospecção e resgate na área alvo desta Pesquisa de Arqueologia Preventiva. Orientados pelo *grid* proposto no Projeto aprovado pelo IPHAN – ver **ANEXO 3: PONTOS E MALHA DE INTERVENÇÃO/PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA** – foram realizados caminhamentos e abertas 44 (quarenta e quatro) intervenções, das quais 03 (três) delas, a EU01, a UE02 e a UE03 constituem a ampliação dos poços testes 19 da Área 01, 17 e 19 da Área 2, respectivamente, onde foram identificados material arqueológico e consideradas potencialmente mais informativas do ponto de vista arqueológico – ver **ANEXO 5: DOSSIÊ FOTOGRÁFICO**.

Estas intervenções e os caminhamentos realizados na área de investigação estão plotadas em mapa e apresentadas no **ANEXO 4: MAPA DE INTERVENÇÕES E CAMINHAMENTOS**.

Do total de 44 intervenções arqueológicas realizadas por meio de tradagens ou poços teste, 36 (trinta e seis) foram efetivamente abertas, tiveram o seu sedimento analisado e foram registradas por meio de aparelho receptor GPS, fotografias e descrição textual. As outras 08 (oito) tradagens foram apenas vistoriadas em superfície e registradas, uma vez que a sua localização representava risco à segurança – ver **Quadro 5**.

Quadro 5: Pontos de intervenção e vistoria.

SETOR	PONTO	ZONA	UTM_X	UTM_Y	OCORRÊNCIA ARQUEOLÓGICA	PROCEDIMENTO
Área 01	1	23K	671091	7942622	Negativo	Tradagem
	2	23K	671090	7942618	Negativo	Vistoria
	3	23K	671094	7942618	Negativo	Vistoria
	4	23K	671098	7942617	Negativo	Tradagem
	5	23K	671090	7942614	Negativo	Tradagem
	6	23K	671094	7942614	Negativo	Tradagem
	7	23K	671098	7942613	Negativo	Tradagem
	8	23K	671102	7942613	Negativo	Vistoria
	9	23K	671106	7942612	Negativo	Tradagem
	10	23K	671109	7942612	Negativo	Vistoria
	11	23K	671113	7942609	Negativo	Tradagem
	12	23K	671089	7942610	Negativo	Tradagem
	13	23K	671093	7942610	Negativo	Tradagem
	14	23K	671097	7942609	Negativo	Vistoria
	15	23K	671101	7942609	Negativo	Tradagem
	16	23K	671105	7942608	Negativo	Tradagem
	17	23K	671109	7942608	Negativo	Tradagem
	18	23K	671089	7942606	Negativo	Tradagem
	19	23K	671093	7942606	Positivo	Tradagem
	20	23K	671097	7942605	Negativo	Tradagem
	21	23K	671101	7942605	Negativo	Tradagem
	22	23K	671104	7942604	Negativo	Tradagem
Área 02	1	23K	671088	7942619	Negativo	Vistoria
	2	23K	671087	7942609	Negativo	Tradagem
	3	23K	671090	7942599	Negativo	Tradagem
	4	23K	671100	7942600	Negativo	Tradagem
	5	23K	671110	7942600	Negativo	Tradagem
	6	23K	671120	7942601	Negativo	Vistoria
	7	23K	671130	7942602	Negativo	Tradagem
	8	23K	671139	7942603	Negativo	Tradagem
	9	23K	671116	7942591	Positivo	Tradagem
	10	23K	671124	7942592	Positivo	Tradagem

Museu Casa dos Ottoni
Relatório Final da Pesquisa Arqueológica Preventiva – 3ª Etapa

11	23K	671138	7942593	Negativo	Tradagem
12	23K	671101	7942584	Negativo	Tradagem
13	23K	671111	7942583	Positivo	Tradagem
14	23K	671121	7942583	Positivo	Tradagem
15	23K	671131	7942587	Negativo	Tradagem
16	23K	671130	7942582	Positivo	Tradagem
17	23K	671102	7942572	Positivo	Tradagem
18	23K	671112	7942572	Positivo	Tradagem
19	23K	671111	7942576	Positivo	Tradagem
20	23K	671122	7942575	Positivo	Tradagem
21	23K	671143	7942611	Negativo	Tradagem
22	23K	671094	7942594	Negativo	Vistoria

Como pode ser observado no **Quadro 5**, foram destacados os pontos 19 (Área 01), 9, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19 e 20 (Área 02), pois resultaram positivos para a ocorrência de material arqueológico. Estes materiais estão ilustrados no conjunto de **Fotos 12**, a seguir.



P19 (Área 01)



P09 (Área 02)



P10 (Área 02)



P13 (Área 02)



P14 (Área 02)



P16 (Área 02)



P17 (Área 02)



P18 (Área 02)



P19 (Área 02)



P20 (Área 02)

Fotos 12: Peças coletadas nas tradagens.

Dentre os 36 poços testes abertos na área de prospecção arqueológica, as profundidades variaram entre 0,30 a 1,30m, ponto em que a camada de sedimento arqueologicamente estéril foi atingida. De uma forma geral, a caracterização vertical das camadas sedimentares revela um pacote superficial orgânico, seguido de pacotes misturados de sedimento próprios de aterros e onde foram

Museu Casa dos Ottoni

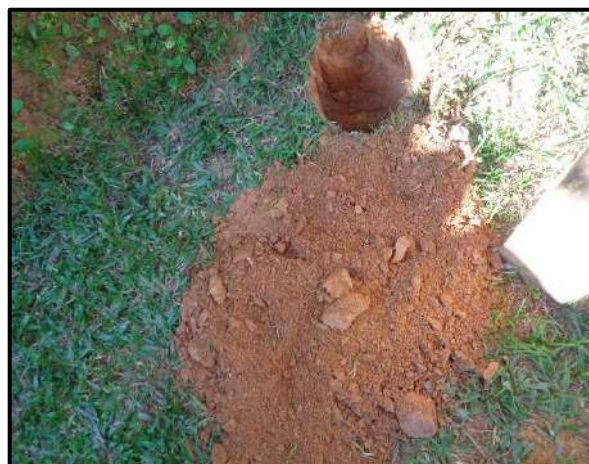
Relatório Final da Pesquisa Arqueológica Preventiva – 3ª Etapa

identificados remanescentes de cultura material do período pós-colonial. Este pacote sedimentar se caracterizou pela coloração marrom vermelhada, texturas areno-argilosa e argilosa e compacto. Misturados ao sedimento, havia entulho (tijolos e telhas) e material arqueológico colonial (faiança, cerâmica, vidro, lítico e metal).

O sedimento identificado nos poços teste é ilustrado a seguir, nas **Fotos 13**, na sequência.



P02 (Área 01)



P12 (Área 01)



P13 (Área 01)



P17 (Área 01)



P18 (Área 01)



P19 (Área 01)



P04 (Área 02)



P07 (Área 02)



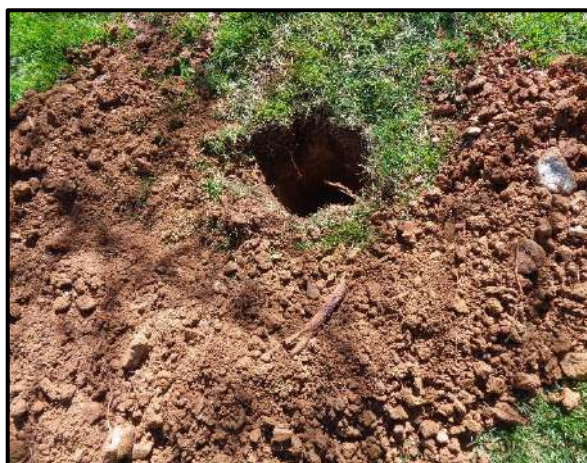
P10 (Área 02)



P14 (Área 02)



P15 (Área 02)



P19 (Área 02)

Fotos 13: Sedimento encontrado nas tradagens.

Durante os caminhamentos realizados na área caracterizada pelo relevo ondulado, pela ocorrência de cortes no terreno e aterros, pela visibilidade média em decorrência da vegetação rasteira ou em regeneração e alto grau de antropização, foram identificados e coletados, em superfície, vestígios de cultura material em 04 pontos (CS), elencados no **Quadro 6**.

Quadro 6: Pontos de coleta de superfície e de sondagem/unidades de escavação.

SETOR	PONTO	ZONA	UTM_X	UTM_Y	PROCEDIMENTO
Área 01	UE01 (T19)	23K	671093	7942606	Sondagem/Unidade de Escavação
Área 02	CS01	23K	671096	7942576	Coleta de superfície
	CS02	23K	671119	7942583	Coleta de superfície
	CS03	23K	671128	7942594	Coleta de superfície
	CS04	23K	671113	7942569	Coleta de superfície
	UE02 (T17)	23K	671102	7942572	Sondagem/Unidade de Escavação
	UE03 (T19)	23K	671111	7942576	Sondagem/Unidade de Escavação

Estes objetos são ilustrados a seguir, nas **Fotos 14**.



CS01



CS02



CS03



CS04

Fotos 14: Peças coletadas em superfície.

No mesmo quadro, **Quadro 6**, são apresentados os pontos que foram ampliados em sondagens de 1,00 x 1,00m e profundidades entre 1,00 e 1,30m. Nestas intervenções, além do material de entulho de construção civil, havia material de descarte recente, como sandálias de borracha, lâmpadas e cano de PVC, e o material arqueológico do período histórico.

O material recente e de entulho, foi registrado e descartado. Os vestígios arqueológicos foram devidamente registrados, identificados por meio de etiquetas e acondicionados em sacos plásticos para serem encaminhados à curadoria em laboratório – ver **Fotos 15, Fotos 16 e Fotos 17**



Fotos 15: Material observado em superfície e não coletado.



Fotos 16: Material identificado e coletado no ponto T17 (Área 02) e na UE 01.



Fotos 17: Material identificado e coletado na UE 02 e na UE 03.

6.2. Intervenções Ampliadas

6.2.1. UNIDADE DE ESCAVAÇÃO 01 – UE01

Conforme informado, foram realizadas 03 (três) unidades de escavação correspondentes à ampliação das tradagens que sugeriram maior potencial informativo. A primeira delas, a UE01 é resultado da ampliação do poço teste aberto no Ponto 19 da Área 01. Sua localização precisa, em coordenadas UTM (Datum Sirgas 2000) está em 23K 671093/7942606.

A Área 01 corresponde ao local escolhido para a implantação do Anexo ao Museu regional Casa dos Ottoni. No momento dos trabalhos de campo, a área se encontrava parcialmente ocupada por uma garagem. Implantada em meia vertente, a área do Anexo apresenta dois cortes claros que configuram dois patamares artificiais recobertos por gramíneas. No entorno, a vegetação de montante era uma capoeira e a jusante, a cobertura de gramíneas se estendia configurando os jardins do Museu Regional da Casa dos Ottoni. Observar as fotos **Foto 18 a Fotos 22**



Foto 18: Área 01 – local onde será implantado o futuro anexo ao Museu Regional Casa dos Ottoni.

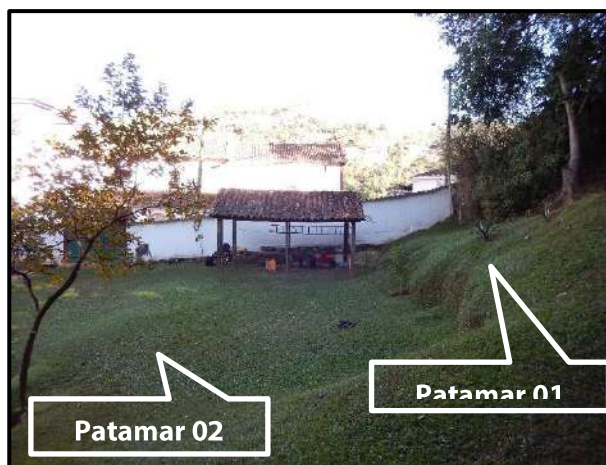


Foto 19: Área 01 – vista lateral dos Patamares 01 e 02.



Foto 20: Vegetação a montante da Área -1.



Foto 21: Vegetação à jusante da Área 01 (Quintal do Museu Casa dos Ottoni – Área 02).



Fotos 22: Área 01 – Local de implantação da UE01.

Dentre as 22 tradagens abertas na Área 01, apenas aquela do P19 resultou positiva quanto à ocorrência de cultura material. Sendo assim, foi ampliada para uma quadrícula de 1,00 x 1,00 m e denominada UE 01.

Durante os procedimentos de intervenção da tradagem no P19, nenhum vestígio de cultura material foi localizado em superfície. No entanto, já nos primeiros centímetros de profundidade, o sedimento areno-argiloso, marrom avermelhado, compacto e misturado a raízes apresentou fragmentos de material construtivo. Este material é composto de telhas, tijolos, pequenos e médios blocos de rocha além de metal (prego e arame). Este material foi recorrente em toda a profundidade da intervenção. Quanto ao sedimento, se diferenciou em dois pacotes: o marrom avermelhado até cerca de 0,50m de profundidade e amarelado, mais argiloso.

A tradagem foi encerrada ao atingir o nível arqueologicamente estéril, a 1,00 m de profundidade. Os procedimentos e achados desta tradagem estão ilustrados no conjunto de **Fotos 23**.



Tradagem P19 (Área 01).



Crianças ajudando a analisar o sedimento retirado do interior da tradagem do P19.



Verificação do interior tradagem P19 e do sedimento.

Profundidade da tradagem P19.

Fotos 23: Registro dos procedimentos e sedimento da tradagem P19 (área 01).

Considerando os achados nesta tradagem, foi feita a ampliação da intervenção em UE01.

Inicialmente, a área em torno da tradagem P19 foi isolada para que os visitantes não tocassem nos achados e nenhum incidente ocorresse devido à abertura no terreno – ver **Fotos 24**.



Fotos 24: Isolamento da tradagem P19 (área 01).

Na sequência, foi realizada a delimitação da área a ser escavada e a retirada da cobertura de gramíneas, tomando o cuidado de preservar ao máximo este capeamento uma vez que seria reutilizado quando do encerramento da intervenção e seu preenchimento. Para este decapeamento foram utilizadas ferramentas tais como enxada, alavanca e sacho, além de peneira e balde e colher de pedreiro para verificação do sedimento.

Os procedimentos de escavação se orientaram pela decapagem por níveis naturais (PROUS, 1992). No entanto, a despeito dos esforços despendidos neste sentido, não foi possível seguir o procedimento, considerando a perturbação do terreno provocada pelas intervenções no local e

confirmadas por Eduardo Tomaz Costa, funcionário do IPHAN/Serro. Os cortes no terreno e a conformação de plataformas alteraram profundamente as camadas estratigráficas naturais. O volume de sedimento escavado se mostrou irregularmente distribuído, tanto horizontal quanto verticalmente. Em meio ao sedimento natural havia misturado cimento e areia, além de entulho de construção civil, comumente utilizado em aterros.

À medida que a sondagem ia sendo aprofundada, o material localizado era depositado lateralmente e registrado. Aquelas peças relevantes foram coletadas, conforme informado anteriormente. Os materiais construtivos, ou entulho, foram descartados.

A despeito da perturbação do terreno, foi possível estabelecer a seguinte estratigrafia:

Camada superficial

- Cobertura de gramíneas.
- Nenhum vestígio de cultura material em superfície.

1ª Camada

- Sedimento marrom avermelhado, argilo-arenoso, compacto e rico em raízes.
- Misturado a este sedimento havia fragmentos de porcelana, pregos, placas de cimento, além de fragmentos de reboco, de panela e ferro e de vidro. Além destas peças, havia grande quantidade de material construtivo/entulho, como fragmentos de telhas, blocos rochosos, cascalho de seixo rolado, plástico e arame.
- Os blocos rochosos parecem ser provenientes do preenchimento entre os blocos rochosos maiores dos muros de pedras encontrados localmente (técnica construtiva do canjicado).
- Foram coletados: panela de pedra (02), louça (08 fragmentos finos e 01 mais espesso), metal (09 peças: 04 pregos, 01 arame, 02 panelas) e vidro (39 fragmentos, dentre os quais 01 bolinha de gude e 01 boca)
- Profundidade: 0 a 0,13 m.

2ª Camada

- Sedimento marrom avermelhado, argilo-arenoso, compacto e rico em raízes.
- A camada apresentou, no quadrante leste, uma lente de sedimento arenoso e acinzentado, com seixos arredondados, lona e grande quantidade de fragmentos de telha misturados. Trata-se de uma mistura de cimento para a construção civil.
- Profundidade: 0,13 a 0,23 m.

3ª. Camada

- Sedimento marrom avermelhado, argilo-arenoso, compacto, porém mais siltoso e amarelado que aquele identificado nas camadas superiores.

- Apresentou mais telhas, blocos de rocha e fragmentos de louças que as camadas anteriores.
- Profundidade: 0,23 a 0,50 m.

4ª. Camada

- Encontrado o mesmo sedimento das camadas anteriores, porém, já misturado à rocha alterada: arqueologicamente estéril.
- Profundidade: 0,50 a 0,73 m.

Profundidade final da intervenção: 0,73 m

O material identificado nesta sondagem é constituído, majoritariamente, por entulho de construção civil, a saber, tijolos (vazados e compactos), reboco de parede, blocos de rocha, seixos, lona, além de plástico, cartela de remédio, fragmentos vítreos diversos, cerâmica, bolinha de gude, louças, arames, pregos.

As fotos apresentadas a seguir representam os procedimentos executados nesta intervenção, os achados e a estratigrafia – **Fotos 25**.



UE01: delimitação da área para futura intervenção.



UE01: retirada da camada de gramíneas.



UE01: sedimento sob a cobertura de gramíneas.



UE01: verificação do sedimento com ajuda dos funcionários do Museu.



UE01: fragmento de louça identificado isoladamente no sedimento. Na lateral direita, plástico que se estende para além dos limites da escavação.



UE01: conformando as bordas da intervenção.



UE01: conformando as bordas da intervenção. Observar o sedimento amarelo argiloso: arqueologicamente estéril.



UE01: material construtivo/entulho identificado na intervenção.



UE01: estratigrafia do terreno onde foi realizada a intervenção.



UE01: intervenção finalizada – sedimento e material a ser descartado depositado no entorno.



UE01: situação da intervenção na Área 01.



UE01: material construtivo localizado na intervenção.



UE01: sedimento retirado da intervenção.



UE01: preenchimento da intervenção.



UE01: intervenção preenchida.



UE01: material exumado na intervenção.

Fotos 25: Procedimentos e achados na UE01.

6.2.2. UNIDADE DE ESCAVAÇÃO 02 – UE02

As duas intervenções realizadas a partir da ampliação de poços teste foram abertas na Área 02, o quintal do Museu Regional Casa dos Ottoni.

Configurando um jardim, a Área 02 se encontra a jusante da Área 01, implantada ainda no terço médio da vertente. Assim como a Área 01, este local sofreu intervenções o que resultou na alteração da conformação do terreno, na perturbação do solo e subsolo e substituição da vegetação característica do Cerrado, Bioma de domínio. Atualmente, a superfície do terreno ondulado e inclinado é recoberta por gramíneas, apresenta exemplares arbóreos esparsos, capoeira no entorno do espaço destinado ao quintal e à visitação pública. Na porção sul e mais baixa do terreno, próximo ao muro de divisa de propriedade, *ilhas* de vegetação exótica – bananeiras, p.ex. – retiveram parte do sedimento e objetos que, ao longo do tempo, rolaram pela vertente – ver **Fotos 26**.



“Ilha” de bananeiras e muro de divisa na porção sul do quintal do Museu Regional Casa dos Ottoni.



Peças de cultura material localizadas junto às bananeiras



Peças de cultura material localizadas junto às bananeiras

Fotos 26: “Ilhas” de vegetação exótica ao sul do Quintal do Museu Regional Casa dos Ottoni.

A tradagem aberta no P17 apresentou sedimento marrom avermelhado, argilo arenoso, compacto e rico em raízes. Durante a escavação, foram identificadas peças da cultura material do século XX. Mediante este potencial, foi considerada relevante para uma ampliação e verificação de seu potencial informativo.

Aos 1,10m de profundidade, a intervenção foi encerrada e fotos dos procedimentos relativos a este poço teste são apresentadas no conjunto de **Fotos 27**.



P17: local onde foi aberta a tradagem.



P17: escavação da tradagem.



P17: material identificado na tradagem.

Fotos 27: Procedimentos e achados na tradagem do P17 – Área 02.

A UE02 corresponde à ampliação da tradagem aberta no Ponto 17 Área 02. Sua localização precisa, em coordenadas UTM (Datum Sirgas 2000) está em 23K 671093/7942572.

Da mesma forma que ocorreu na UE01, foi identificada uma grande perturbação do terreno. No entanto, estabeleceu-se a seguinte estratigrafia:

Camada superficial

- Cobertura de gramíneas.
- Nenhum vestígio de cultura material em superfície.

Camada Única

- Sedimento marrom avermelhado, argilo arenoso, compacto e rico em raízes.
- Misturado a este sedimento havia grande quantidade de material construtivo/entulho fragmentado, como telhas, tijolos, blocos rochosos e canos em PVC. Além destes, foram identificados fragmentos de materiais mais recentes, tais como, sandália de borracha, lata de tinta e lâmpada incandescente. Dentre os materiais que foram coletados havia fragmentos de cerâmica cabocla, louça, faiança fina, vidro, metal, osso e pedra sabão.
- Profundidade: 0 a 1,00 m.

2ª. Camada

- Camada arqueologicamente estéril: rocha alterada.
- Profundidade: 1,00 a 1,10 m.

Profundidade final da intervenção: 1,10 m

O material identificado nesta sondagem é constituído, majoritariamente, por entulho de construção civil, a saber, tijolos (vazados e compactos), reboco de parede, blocos de rocha, seixos, lona, além de plástico, cartela de remédio, fragmentos vítreos diversos, cerâmica, bolinha de gude, louças, arames, pregos.

As fotos apresentadas a seguir representam os procedimentos executados nesta intervenção e os achados – **Fotos 28**.



UE02: delimitação da área a ser escavada.



UE02: área delimitada para a futura intervenção.



UE02: retirada da cobertura de gramíneas e depósito lateral das placas para recolocação.



UE02: retirada e verificação do sedimento.



UE02: fragmento de vidro encontrado na escavação.



UE02: conformação das laterais da intervenção.



UE02: peneiramento do sedimento.



UE02: verificação do sedimento residual na peneira



UE02: escavação.



UE02: material localizado durante a escavação.



UE02: escavação.



UE02: bolinha de gudo localizada durante a escavação.



UE02: retirada do sedimento do interior da intervenção.



UE02: situação da intervenção na Área 02.



UE02: intervenção encerrada – observar volume de sedimento retirado.



UE02: preenchimento da intervenção.



UE02: material identificado durante a escavação.



UE02: material exumado da intervenção.

Fotos 28: Procedimentos e achados na UE02.

6.2.3. UNIDADE DE ESCAVAÇÃO 03 – UE03

A tradagem aberta no P19 da Área 02 apresentou comportamento semelhante àquela aberta no P17: sedimento marrom avermelhado, argilo arenoso, compacto e rico em raízes. Durante a escavação, foram identificadas peças da cultura material do século XX. Mediante este potencial, foi considerada relevante para uma ampliação e verificação de seu potencial informativo.

Aos 1,30m de profundidade, a intervenção foi encerrada e fotos dos procedimentos relativos a este poço teste são apresentadas no conjunto de **Fotos 29**.



P19: local onde foi aberta a tradagem.



P19: escavação da tradagem.



P19: verificação do sedimento e da profundidade.



P19: fragmento cerâmico localizado na tradagem.



P19: material identificado na tradagem.



P19: sedimento retirado da tradagem.

Fotos 29: Procedimentos e achados na tradagem do P19 – Área 02.

A UE03 corresponde à ampliação da tradagem aberta no Ponto 19 Área 02. Sua localização precisa, em coordenadas UTM (Datum Sirgas 2000) está em 23K 671111/7942576.

Da mesma forma que ocorreu nas UE01 e UE02, foi observada uma grande perturbação do terreno. No entanto, estabeleceu-se a seguinte estratigrafia:

Camada superficial

- Cobertura de gramíneas.
- Nenhum vestígio de cultura material em superfície.

1ª Camada

- Sedimento marrom avermelhado, argilo arenoso, compacto e rico em raízes. Apresentou muitas telhas, pequenos blocos rochosos, carvão, tijolos e material arqueológico.
- Profundidade: 0 a 0,23 m.

2ª Camada

- Sedimento marrom amarelado, siltoso, compacto e rico em raízes. A camada telhas, tijolos, pequenos blocos rochosos e material arqueológico.
- Profundidade: 0,23 a 0,46 m.

3ª. Camada

- Sedimento marrom, argilo arenoso e raízes. Foi a camada com o maior volume de material arqueológico identificado.
- Profundidade: 0,26 a 1,20 m.

4ª. Camada

- Sedimento marrom avermelhado, compacto, com fragmentos rochosos e carvões, porém, sem material arqueológico misturado. Foi considerada a camada estéril
- Profundidade: 1,20 a 1,30 m.

Profundidade final da intervenção: 1,30m

As fotos apresentadas a seguir representam os procedimentos executados nesta intervenção, os achados e a estratigrafia – **Fotos 30**.



UE03: retirada da cobertura de gramíneas.



UE03: 1ª camada de sedimento.



UE03: retirada de sedimento.



UE03: verificação dos achados.



UE03: conformação das laterais da intervenção.



UE03: escavação.



UE03: escavação.





UE03: verificação do dimensionamento da sondagem.



UE03: verificação da profundidade.



UE03:estratigrafia e profundidade da sondagem.



UE03: sondagem encerrada. Observar o volume de sedimento retirado.



UE03: sondagem encerrada. Observar placas de gramíneas para recomposição do terreno.



UE03: sondagem sendo preenchida.



UE03: sondagem sendo preenchida.



UE03: identificando e acondicionando peças exumadas.



UE03: peças exumadas na escavação.

Fotos 30: Procedimentos e achados na UE03 – Área 02.

Segundo Eduardo Tomaz Costa, funcionário do IPHAN/Serro, houve uma reforma no local projetado para a implantação do Anexo ao Museu. Segundo ele, a área é um aterro e o material utilizado neste procedimento foi retirado da própria propriedade.

Eduardo informou, ainda, que desconhece a ocorrência de reforma no local com alteração no terreno anterior a 1984. Pelo menos reformas feitas pelos ocupantes contemporâneos.

Todo o material identificado foi registrado por meio de fotografias. O material recente, como plásticos diversos, borracha, brinquedos, chinelo, lâmpadas, vidro de remédios, garrafas de cervejas, telhas e tijolos, foi descartado. Havia vidros finos e grossos, coloridos e transparentes, curvos e planos, de recipientes e para revestimento, fragmentos de placas de ferro, de cerâmica e de pedra sabão, porcelana e faiança, peças de metal sem função definida, pregos ou cravos, penico, pedaço de vaso sanitário, arame, pedaços de lona.

O material coletado e submetido aos procedimentos de curadoria está apresentado no ANEXO 6: DOSSIÊ FOTOGRÁFICO DAS PEÇAS SUBMETIDAS À CURADORIA.

Finalmente, em paralelo às atividades de prospecção e resgate, foram feitas orientações, esclarecimentos e acompanhamento de escavações no sedimento retirado e vistoriado ao público que visitava o Museu e aos seus funcionários – ver **Fotos 31**.



Fotos 31: Ações de Educação Patrimonial.

7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Entre os dias 25 e 29 de julho de 2016 foram desenvolvidos procedimentos de Arqueologia Preventiva no Quintal do Museu Regional Casa dos Ottoni, Serro/MG, orientados pelos documentos integrantes do Edital TP-52/2014, a saber, Termo de Referência de Arqueologia em Minas Gerais – 13ª. SR/IPHAN; Nota Técnica: Justificativa para a contratação de serviços de arqueologia para o Museu Regional Casa dos Ottoni – Serro/MG; Nota Técnica sobre a especificação do serviço de arqueologia a ser desenvolvido nos quintais da Casa dos Ottoni. Item 2.4 do Anexo I, Projeto Básico do Edital para Projeto Arquitetônico do Anexo do Museu Casa dos Ottoni – Serro, MG. Estes documentos fundamentaram as proposições metodológicas constantes no Projeto autorizado pelo IPHAN mediante a Portaria 15/2016 publicada no Diário Oficial da União em 28/03/2016.

Durante os procedimentos de campo foram realizados caminhamentos prospectivos na área do Anexo do Museu Regional Casa dos Ottoni e seu entorno, conforme apresentado no ANEXO 4: MAPA DE INTERVENÇÕES E CAMINHAMENTOS. Ao realizar estes caminhamentos, foram feitas observações da superfície e em cortes no terreno que proporcionassem a visualização de elementos da cultura material pertencente a grupos do passado. Como resultados, em superfície foram identificados 04 (quatro) pontos onde foram coletados remanescentes da cultura material, a saber, CS01, CS02, CS03 e CS04¹².

Orientados pelo *grid* de pontos para intervenção em sub superfície, foram abertas 36 tradagens, das quais, 10 resultaram positivas para a ocorrência de cultura material. Os 08 pontos de intervenção previstos, mas não abertos, apenas vistoriados, justificam-se pela inacessibilidade ao local. Dentre os poços teste onde foram identificados elementos de cultura material, um se localizava na Área 01, destinada à efetiva implantação do Anexo ao Museu Regional Casa dos Ottoni. Os demais pontos se localizavam na Área 02, onde se estende o Quintal do Museu. Desta forma, foram escolhidos 03 tradagens para serem ampliadas visando a investigação de uma área maior e, considerando que o único ponto positivo da Área 01 para peças de cultura material foi o de número 19, ele se tornou a Unidade de Escavação 01/UE01. Dois outros pontos foram escolhidos na Área 02 para a ampliação: o P17 e o P19.

O sedimento e as peças encontradas nas tradagens se repetiram, em termos de categorias, nas ampliações: havia grande quantidade de material construtivo, utilizado como entulho, como

¹² Cabe, neste momento, informar que o detalhamento das peças consta no Relatório de Curadoria que será entregue em volume à parte. Todas as peças estão apresentadas no Dossiê Fotográfico constante no ANEXO 6: DOSSIÊ FOTOGRÁFICO DAS PEÇAS SUBMETIDAS À CURADORIA

fragmentos de telhas, tijolos, reboco de parede, blocos de pedras, arames, plásticos/lonas e placas de cimento. Afora este material, peças contemporâneas como chinelos de borracha, cartelas de remédio, vidro de várias formas, cores e espessuras. Em menor quantidade, e misturados a este conjunto descontextualizado e sem vínculo aos períodos históricos que podem interessar em maior medida aos estudiosos do passado, foram localizados pequenos fragmentos de peças utilizadas na esfera doméstica, tais como utensílios elaborados em louça, cerâmica e pedra sabão.

A conclusão do relatório de Curadoria acerca do material exumado em campo e tratado foi a seguinte:

O conjunto artefactual analisado apresenta em si muitas limitações, uma vez que, além de ser pouco representativo, conta com peças muito fragmentadas e, por vezes, sem um contexto arqueológico específico. Assim, buscamos realizar muito mais a caracterização do registro arqueológico, onde foram feitas comparações e extrapolações quando possível.

O conjunto de louças está constituído por peças bem fragmentadas, a maioria pequenos fragmentos de parede, de diferentes tipos e decorações. Mais de 90% são faianças finas, sendo algumas do tipo transfer printing, comuns aos sítios históricos brasileiros, sobretudo a partir do XIX.

As cerâmicas são muito semelhantes ao que foi resgatado na escavação da casa da Chica da Silva, em Diamantina (FAGUNDES et al, 2016), sobretudo representada por peças acordeladas, muito bem alisadas, de pequeno volume e com decoração incisa nas bordas (sobretudo ondulações). Os utensílios em pedra sabão, apesar de poucos, apresentaram similaridades entre si, onde foi possível inferir que são peças feitas em torno, a maioria panelas, de uso cotidiano-doméstico, muito comum nas cozinhas regionais.

Os demais vestígios que constituem o conjunto artefactual, por sua vez, trazem poucas informações sobre o sítio, misturando materiais recentes com mais antigos e, portanto, pouco conclusivos.

De qualquer forma, o registro arqueológico é de suma importância para a compreensão do contexto histórico-arqueológico do Distrito Diamantino, sendo o segundo sítio escavado sistematicamente regionalmente e o quarto conjunto artefactual analisado. As informações, mesmo que escassas, são de imenso valor para compreensão do modo de vida nesta região tão importante para a história nacional.

Tais considerações são compatíveis com a análise feita pelos Arqueólogos em campo: a de que se trata de um local cujas reminiscências de ocupações passadas foram substituídas e/ou integradas ao avassalador impacto das intervenções contemporâneas que visavam a reorganização do espaço objetivando o estabelecimento de um lugar esteticamente adequado aos fins de visitação pública e configuração de um jardim compatível com as expectativas de uma época e de um grupo administrativo.

Desta feita, a Equipe de Arqueologia responsável por este trabalho não considera o local investigado um sítio arqueológico, em referência à definição de sítio arqueológico de Prous (1992), a saber, um conjunto significativo de vestígios que, em relação, tornam uma estrutura inteligível e

lhe atribuem sentido. Consideramos, pois, se tratar de uma área onde se encontram elementos descontextualizados da cultura material e que foi submetida a intervenções profundas. Tais interferências alteraram definitivamente a área cuja ocupação histórica remonta ao século XVIII e cujo potencial informativo acerca da disciplina arqueológica se limita a um conjunto desconexo de elementos da cultura material pertencentes a épocas, grupos e locais diferentes e que, por ocasião destas reformas e/ou intervenções, foram agrupados em um mesmo território.

8. REFERÊNCIAS

AMOROSO, M. **Terra de Índio: imagens em aldeamentos do Império**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

ANDRADE, M.C. Geografia do quilombo. In: MOURA, C. (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: UFAL, 2001.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

Arquivo Público Mineiro. **Breve Notícias dos Estabelecimentos Diamantinos do Serro Frio**. Anno IV-1899, Belo Horizonte

BICHO, N. F. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Editora 70, 2006.

BOXER, C. R. **A Idade do Ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2000

CARVALHO, D. **Traços de uma grade vida. Teófilo Ottoni, campeão da liberdade**. Rio de Janeiro: Alba, 1934.

CARNEIRO, E. Singularidades dos Quilombos. In: MOURA, Clóvis. (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

CARNEIRO DE CARVALHO, L. **Os Aranã e sua Indianidade: disputas internas por legitimidade e o reconhecimento oficial como grupo indígena**. Dissertação (mestrado), Antropologia Cultural, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso, sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis (1999), Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos Culturais, 1999, v 2, 279p., il.

COSTA VAL, A.V.; SOARES, R.V; COSTA, H. **Nota histórica: Os topônimos das cidades mineiras como instrumento para construção da história do Poder Judiciário Mineiro**. Jurisp. Mineira. Belo Horizonte. a. 62, nº 198, p.13-42, jul/set, 2011.

DUARTE, R. H. Tempo, política e transformação: Teófilo Ottoni e seu lenço branco. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, n.1, v. XXVIII, 2002.

FERREIRA, G. **Os bandeirantes modernos: o desbravamento e a colonização das matas do valle do Mucury e a fundação da cidade de Theofilo Ottoni em Minas Gerais**. Belo Horizonte: s/ed., 1934

FURTADO, M. B. **Síntese da Economia Brasileira**. 7º ed. São Paulo: LTC, 1999.

GUIMARÃES, C.M.; CARDOSO, J.S. Arqueologia do quilombo: arquitetura, alimentação e arte (Minas Gerais). In: MOURA, C. (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: UFAL, 2001.

IBGE. Biblioteca Digital. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/serro.pdf>. Acesso em: novembro, 2015.

IBGE. Censo Demográfico. 2000 e 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: novembro, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM. Projeto de Restauração do Museu Casa dos Ottoni. Belo Horizonte. 2014.

JORGE, V. O. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**, Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2000.

KASSAM, A.; MEGERSA, G. Iron and beads: male and female symbols of creations. A study of ornament among Booran Oromo. In: HODDER, I. (ed.) **The meanings of things: material culture and symbolic expression**. London: Unwin Hyman Ltd., 1989.

Livro Primeiro da Receita da Faz. R. destas Minas do Serro Frio e Tucumbira, de que hé Guarda Mor Explorador e Capitão Antônio Soares Ferreryra, Revista do Arquivo Público Mineiro/Ano III e IV julho a dezembro de 1902, Belo Horizonte 1902, p.939-940.

MEMÓRIA SOBRE O DESCOBRIMENTO DOS DIAMANTES NA COMARCA DO SERRO DO FRIO, M.T. M.P. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, vol. VII, 1902.

MIRANDA, A.R. **Serro Três Séculos de História**. Belo Horizonte: Imprensa Serrana, 1972.

MOTA, I.S. **O Vulcão Negro da Chapada: Rebelião escrava nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)**. Campinas: FAPESP/Unicamp, 2005.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, C. (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: UFAL, 2001.

NIMUENDAJU, C. **Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981 (1a. edição 1944).

PAIVA, E. F. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e metiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, E. F. & ANASTASIA, C. M. J. (orgs.) **O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2002, p. 187-207.

PARÁISO, Maria Hilda. Os Botocudos e sua Trajetória histórica. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos Índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992

QUEIRÓZ, S.R.R. Escravidão Negra em Debate. In: FREITAS, M.C. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998

RAMINELLI, R. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. São Paulo: Edusp/Jorge Zahar Editor, 1996.

RESENDE, M. L. C.; LANGFUR, H. Minas Gerais Indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. In: **Tempo**, n. 23, 2007, p. 5 – 22.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano III e IV julho a dezembro de 1902, Belo Horizonte 1902, p.251.

RIBEIRO, L.M.; LEANZA, D. **As Grupiaras do Corrégo Cuibá. Arqueologia e história da mineração aurífera na Zona do Sabarabuçu (séculos XVIII e XIX)**. Pesquisa desenvolvida no escopo de atividades para licenciamento ambiental de instalação e operação de barragem de deposição de rejeitos minerais da Mina Cuiabá – AngloGold Ashanti Ltda. Portaria IPHAN de nº 114 de 2007.

ROCHA, J.J. **Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1995.

RUSSEL WOOD, A.J.R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. [Coleção Reconquista do Brasil, 4].

_____. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004. [Coleção Reconquista do Brasil, 236].

SANTOS, J.F. **Memórias do districto diamantino da comarca do Sêro Frio (Província de Minas Gerais)**. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1868.

SANTOS, M. M. D. **Análise da Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804**. In: Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto, MG: Centro de Referência em Cartografia Histórica, UFMG, 2009 (CDROM).

SANTOS, M. M. D.; CINTRA, J.P.; COSTA, A. G. **A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda: Informações Fidedignas?** In: Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto, MG: Centro de Referência em Cartografia Histórica, UFMG, 2009 (CDROM). Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica 18.

SANTOS, M.M.D.; SEABRA, M.C.T.C. **Motivação toponímica da Comarca do Serro Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da Capitania de Minas Gerais**. Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto, out, 2009.

SANTOS, M.M.D. et al. **Minas Gerais em mapas**. Catálogo Digital do Centro de Referência em Cartografia Histórica. Diamantina: Instituto Casa da Glória, Centro de Referência em Cartografia, Instituto de Geociências, UFMG, 2003. (CD Rom).

SCHIFFER, M. The Design of Archaeological Surveys. **World Archaeology**. 10(1): 1-28, 1978.

SILVA, D. A. F. **Memória do Serro Antigo**. Serro: Tipografia Serrana, 1928.2001.

SILVA DE PARANHOS, C. **O desvendar do grande livro da natureza. Um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto, 1798-1805**. São Paulo: Annablume; Campinas: FAPESP/Unicamp, 2002.

SOUZA, M. E. **Aconteceu no Serro**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999.

VASCONCELOS, D. **História Antiga das Minas Gerais**. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

9. ANEXOS

9.1.ANEXO 1: PORTARIA IPHAN No. 15/16 PUBLICADA EM 28/03/2016

Nº 59, terça-feira, 29 de março de 2016

Diário Oficial da União – Seção 1

ISSN 1677-7042

37



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 261,
DE 28 DE MARÇO DE 2016

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do art. 22, c/c o art. 30, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTI nº 01200.003030/2015-78, de 3 de novembro de 2015, resolvem:

Art. 1º Cancelar, a pedido da interessada, a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, para a empresa Tecnol Equipamentos Eletrônicos e Eletrônicos S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 43.690.172/0001-66, concedida por seguinte Portaria Interministerial:

Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF	Data	Publicação no DOU
152	12/12/2007	13/12/2007

Art. 2º Caso constatado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, ter havido fruição dos incentivos fiscais em desacordo com a legislação ou em período não coberto pela vigência da Portaria referida no art. 1º, a empresa deverá efetuar o ressarcimento do imposto sobre Produtos Industrializados – IPI que tiver deixado de recolher, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 264,
DE 28 DE MARÇO DE 2016

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o art. 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.004559/2015-18, de 03/10/2015, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 07.157.915/0001-54, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Unidade de processamento digital, de grande capacidade, baseada em microprocessador.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, os ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanham o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 481, de 27 de julho de 2006.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.004559/2015-18, de 03/10/2015.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016032900037

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender o de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA Nº 262, DE 28 DE MARÇO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.004647/2015-10, de 08 de outubro de 2015, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa V2 Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 06.967.175/0001-59, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

Produto: Aparelho automático digital para monitoramento, controle, detecção e envio de dados de medidores de energia elétrica via rede de telefonia celular.

Modelos: GT650 2.5G – APARELHO AUTOMÁTICO DIGITAL PARA MONITORAMENTO, CONTROLE, DETECÇÃO E ENVIO DE DADOS DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA VIA REDE DE TELEFONIA CELULAR; GT650 3G – APARELHO AUTOMÁTICO DIGITAL PARA MONITORAMENTO, CONTROLE, DETECÇÃO E ENVIO DE DADOS DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA VIA REDE DE TELEFONIA CELULAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA

PORTARIA Nº 263, DE 28 DE MARÇO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.004448/2015-01, de 28 de setembro de 2015, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Parques S.A. Comunicações Digitais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº 92.678.331/0001-18, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

Produto: Modem óptico.
Modelos: FIBERLINK 2103, FIBERLINK 2203, FIBERLINK 4101, FIBERLINK 4111, FIBERLINK 4100, FIBERLINK 4200, FIBERLINK 2200, FIBERLINK 4300, FIBERLINK 4211.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR

Em 28 de março de 2016

616ª Relação de revalidação de credenciamento – Lei 8.010/90

ENTIDADE	CREDCIENCIAMENTO	CNPJ
Fundação Cultural de Pesquisa e Pesquisa, Ensino e Extensão	900.091.1008	07.101.128/0001-20

LUIZ ALBERTO HORTA BARBOSA

Ministério da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 131, DE 28 DE MARÇO DE 2016

A PRESIDENTA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, inciso V, anexo I, do Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, considerando o disposto na Portaria nº 92, de 03 de julho de 2012, publicada no DOU de 09 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º – Convocar o aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, do qual trata o Edital nº 1/2015, publicado no DOU de 17 de abril de 2015, com o resultado final homologado pelo Edital nº 07, publicado no DOU de 31 de julho de 2015, constantes no Anexo II, para contratação após confirmação de recebimento da correspondência de que trata o Item 12.2 e na forma do Item 1.3 do Edital nº 1/2015.

Art. 2º – O candidato terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para realização de procedimentos pré-administrativos e exames médicos complementares, contados a partir do prazo de que trata o Item 12.2 do Edital nº 1/2015.

Art. 3º – A realização dos exames médicos, documentar, formulários a serem preenchidos e endereços das unidades organizacionais do IPHAN, para entrega da documentação para fins de contratação, estão disponíveis no site: <http://www.iphan.gov.br>.

Art. 4º – A documentação necessária para contratação deverá ser entregue na Sede das Superintendências Estaduais do IPHAN, localizadas nas capitais das Unidades da Federação em que foram aprovados, exceto Brasília – DF, que deverá ser entregue na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Sede.

Art. 5º – Eventuais dúvidas serão esclarecidas pelos endereços eletrônicos: corresp@iphan.gov.br e corresp@iphan.gov.br.

Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUREMA MACHADO

ANEXO 1

UF	Cidade	Candidato	Nome	CNPJ
DF	Brasília	ARQUEOLOGIA		
MA	SAO LUIS	2º	DEBORA RODRIGUES AMARAL RODRIGUES	06787661394

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 15, DE 28 DE MARÇO DE 2016

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria nº 508, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto nº 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei nº 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN nº 07, de 19/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I – Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria IPHAN nº 250/02.

II – Expedir RENOVACÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015.

IV – As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem a manifestação conclusiva do IPHAN para fins de obtenção de licença ambiental, exceto as autorizações referentes ao Nível II, que correspondem à autorização do IPHAN a Licença de Instalação dos empreendimentos.

V – As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos projetos e programas autorizados na presente portaria, com base nas visitas realizadas a partir do cronograma do empreendimento.

VI – Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.



38

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 59, terça-feira, 29 de março de 2016

VII - Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN nº 07, de 12/12/85.

VIII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEI MENDES NAJJAR

ANEXO I

01-Processo nº 01421.00075/2014-69
Projeto: Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial do Parque Eólico União dos Ventos LT
Arqueólogo Coordenador: Marilce Lopes da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Área de Abrangência: Município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 08 (oito) meses
02-Processo nº 01502.00004/2015-14
Projeto: Monitoramento e Salvamento do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação da Barragem de Barreiras
Arqueólogos Coordenadores: Francisco Palermo Neto e Victor Alexandre Gomes de Brito
Apoio Institucional: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Área de Abrangência: Município de Seabra, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 11 (onze) meses
03-Processo nº 01516.00184/2015-12
Projeto: Diagnóstico Arqueológico do Empreendimento Lava-va de Calkito nas áreas dos Processos DNP/PM
Arqueólogos Coordenadores: Aldeido Palan Pena e Mario Pereira Mamede
Apoio Institucional: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Área de Abrangência: Município de Formosa, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 01 (um) mês
04-Processo nº 01508.00136/2015-59
Projeto: Monitoramento Arqueológico das Obras de Ampliação de Capacidade de Tráfego da PR-415
Arqueólogo Coordenador: Julio Cesar Telles Thomas
Apoio Institucional: Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Estado de Cultura - Museu Paranaense
Área de Abrangência: Municípios de Pinhalis e Pirapora, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
05-Processo nº 01514.00726/2015-28
Projeto: Pesquisa Arqueológica Preventiva no Museu Casa dos Ottoni
Arqueóloga Coordenadora: Juliana de Souza Cardoso
Apoio Institucional: Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico - IPHAN-MG
Área de Abrangência: Município de Serra, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
06-Processo nº 01499.00099/2015-48
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do Empreendimento Luta de Transmundo de 158 KV, São Cristóvão - Chapadão
Arqueólogos Coordenadores: Francisco Palermo Neto e José Luiz Lopes Garcia
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá
Área de Abrangência: Município de Itaipava, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
07-Processo nº 01409.00062/2011-79
Projeto: Prospeção Arqueológica e Programa de Educação Patrimonial nas áreas de influência do Porto Central
Arqueóloga Coordenadora: Eliângela de Moraes Silva
Apoio Institucional: Museu de História de São Mateus - Prefeitura Municipal de São Mateus
Área de Abrangência: Município de Presidente Kennedy, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 09 (nove) meses
08-Enquadramento IV: Nível III
Empreendedor: Engenharia Engenharia LTDA
Empreendimento: Condomínio Residencial Tracôa
Processo nº 01494.00060/2016-56
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Condomínio Residencial Tracôa
Arqueólogo Coordenador: Arkley Marques Bandeira e Adilson Pereira Nascimento Junior
Apoio Institucional: Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico - IESF
Área de Abrangência: Município de São José do Ribamar, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 03 (três) meses
09-Processo nº 01494.00048/2012-17
Projeto: Monitoramento Arqueológico da LT 230 KV Paulinho Neves - SE Miranda II
Arqueólogo Coordenador: Cláudio Márcio Barbosa de Souza
Apoio Institucional: Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico - IESF

Área de Abrangência: Municípios de Miranda do Norte, Itapicuru Mirim, Presidente Vargas, Morro, Belagum, Urbano Santos, Paulinho Neves e Barrermilhas, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
10-Processo nº 01494.00048/2012-17
Projeto: Resgate Arqueológico da LT 230 KV Paulinho Neves - SE Miranda II
Arqueólogo Coordenador: Arkley Marques Bandeira e Juarez Barros da Silva Junior
Apoio Institucional: Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico - IESF
Área de Abrangência: Municípios de Miranda do Norte, Itapicuru Mirim, Presidente Vargas, Morro, Belagum, Urbano Santos, Paulinho Neves e Barrermilhas, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
11-Processo nº 01494.00048/2012-17
Projeto: Resgate Arqueológico na área de implantação do Complexo Edício Oeste
Arqueólogo Coordenador: Arkley Marques Bandeira e Virgínia Marques da Silva Neto
Apoio Institucional: Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico - IESF
Área de Abrangência: Municípios de Paulinho Neves e Barrermilhas, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
12-Processo nº 01494.00048/2012-17
Projeto: Monitoramento Arqueológico do Complexo Edício Oeste
Arqueólogo Coordenador: Felipe Farias da Silva
Apoio Institucional: Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico - IESF
Área de Abrangência: Municípios de Paulinho Neves e Barrermilhas, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
13-Processo nº 015108.00090/2015-48
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Subestação de Tereza Itama
Arqueólogos Coordenadores: Francisco Palermo Neto e José Luiz Lopes Garcia
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá
Área de Abrangência: Município de Itaipava, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 5 (cinco) meses

ANEXO II

01-Processo nº 01516.00238/2014-72
Projeto: Gestão do Patrimônio Cultural e Arqueologia Preventiva na Área de Atuação a Anglo American Niquel Brasil
Arqueólogo Coordenador: Gislaine Valério de Lima Calefi
Apoio Institucional: Universidade Estadual de Goiás - Núcleo de Arqueologia
Área de Abrangência: Município de Barro Alto, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
02-Processo nº 01506.00324/2014-96
Projeto: Prospeções Complementares e Ações de Monitoramento Arqueológico Para a Linha Jule de da CPTM
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bernal
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar
Área de Abrangência: Municípios de São Paulo e Guarulhos, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
03-Processo nº 01492.00017/2011-78
Projeto: Selva Cultivada: Desenvolvimento Sócio Econômico e Mudanças Ambientais na Amazônia Pré-Colombiana
Arqueólogo Coordenador: Denise Pahl Schiava e Per Stenborg
Instituição Executora: Núcleo de Pesquisa e Ensino em Arqueologia - NPEA/UFPA
Área de Abrangência: Municípios de Santarém e Belterra, Estado do Pará
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
04-Processo nº 01506.00483/2014-69
Projeto: Monitoramento Arqueológico do Corredor Metropolitano da EMTU - Trecho Itapevi - Jandira
Arqueólogo Coordenador: Lígia de Jesus Cardoso Oliveira Juliana e Luiz Fernando Elia Lima
Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Jahu - Museu Municipal de Jahu
Área de Abrangência: Município de Itapevi e Jandira, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 05 (seis) meses
05-Processo nº 01514.00703/2014-78
Projeto: Pesquisa Arqueológica no sítio Mina de Casa Branca
Arqueóloga Coordenadora: Danielle Raquel Lima
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de Tubarão, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 07 (sete) meses
06-Processo nº 01516.00019/2005-63
Projeto: Acompanhamento e Resgate Arqueológico da Obra de Implantação da Rede de Esgoto da Cidade de Goiás
Arqueóloga coordenadora: Gislaine Valério de Lima Calefi
Apoio Institucional: Universidade Estadual de Goiás - Núcleo de Arqueologia
Área de Abrangência: Município de Goiás, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
07-Processo nº 01510.00054/2014-76
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras de Restauração da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco
Arqueólogo Coordenador: Osvaldo Paulino da Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico de Santa Catarina - Governo do Estado de Santa Catarina
Área de Abrangência: Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 18 (dezoito) meses
08-Processo nº 01512.00104/2010-71
Projeto: Pesquisa Arqueológica nas Obras de Duplicação da Rodovia BR-116
Arqueóloga Coordenadora: Gislaine Monticelli
Apoio Institucional: Museu de Ciências e Tecnologia - PUC/RS
Área de Abrangência: Município de Pelotas, Turmu, São Lourenço do Sul, Cristal, Camaquã, Arambaré, Sentinela do Sul, Tapas, Mariana Pimentel, Barra do Ribeiro, Guaiaba e El Dourado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IV: Nível III
Empreendedor: Jose Murilo Coutinho
Empreendimento: Ravieta da Aldeia e de Nova Lima
Processo nº 01409.00047/2015-38
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área Diretamente Afetada pela Construção dos Loteamentos Ravieta da Aldeia e Nova Aldeia
Arqueóloga Coordenadora: Letícia Moura Simões de Souza
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município da Serra, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
02-Enquadramento IV: Nível III
Empreendedor: Selgado Empreendimentos SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Sítio Isaura
Processo nº 01403.00038/2015-86
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico no Sítio Monte Coqueiral
Arqueólogo Coordenador: Scott Joseph Allen
Arqueólogo do Campo: Sarah Cavalcante de Oliveira
Apoio Institucional: Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológicas - Universidade Federal de Alagoas
Área de Abrangência: Município de Japaratinga, Estado de Alagoas
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
03-Enquadramento IV: Nível III
Empreendedor: Translead Empreendimentos e Incorporações
Empreendimento: PCH Açungui 2C
Processo nº 01508.00104/2015-81
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico
PCH Açungui 2C
Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - Universidade Estadual de Maringá
Área de Abrangência: Municípios de Irapuçu e Campo Largo, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses
04-Enquadramento IV: Nível III
Empreendedor: CTR Ilheus
Empreendimento: Central de Tratamento de Resíduos
Processo nº 01502.00288/2015-22
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas Áreas de Influência da Central de Tratamento de Resíduos de Ilheus
Arqueólogo Coordenador: Karina Lima de Miranda Pinto
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - Universidade Estadual de Santa Cruz - NE-PAB/UESC
Área de Abrangência: Município de Ilheus, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/enciclopedia.html>, pelo código 00012016032900038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

9.2.ANEXO 2: OFÍCIO/GAB/IPHAN/MG no. 2828/2016

	Superintendência do IPHAN em Minas Gerais Rua Januária, 130 – Centro CEP: 30110-055 – Belo Horizonte – MG Fone: (0xx31) 3222-2440/3222-2945 Fax: (0xx31) 3213-4428 E-mail: gabinete.mg@iphan.gov.br Site: www.iphan.gov.br
---	---

OFÍCIO/GAB/IPHAN/MG nº 2828/2016

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2016.

A

Rabelo Corrêa Arquitetura Paisagismo e Construção Ltda.

Rua do Ouro, 136/405 – Serra

30260-000 – Belo Horizonte/MG

Com cópia para

Ilma. Arqueóloga

Juliana Cardoso

Rua Litargório, 40/501 - Grajaú

30430-232 – Belo Horizonte/MG

Processo nº 01514.007206/2015-28**Licenciamento: “Relatório de Campo de Pesquisa Arqueológica Preventiva Quintal do Museu Casa dos Ottoni, Serro/MG”**

Prezados Senhores,

“Relatório de Campo de Pesquisa Arqueológica Preventiva Quintal do Museu Casa dos Ottoni, Serro/MG” protocolado em 24 de outubro de 2016 para avaliação quanto ao cumprimento da Etapa 2 – Serviços de Arqueologia - referente ao Contrato 16/2015 “Projeto de paisagismo, arqueologia, arquitetura, engenharia e complementares para o Museu Regional Casa dos Ottoni e seu anexo administrativo – Serro/MG”, constante do processo 01514.001692/2015-71, foi aprovado com as seguintes condicionantes a serem cumpridas e apresentadas na Etapa 3 (Entrega do Relatório):

1. Tendo em vista que Área 1 (257,31m²) foi reservada para a implantação da edificação solicita-se que a mesma seja alvo de escavações ou sondagens de ampla superfície, com o intuito do entendimento da estratigrafia do local e o resgate do material arqueológico porventura existente na Área 1;
2. Solicita-se esclarecimentos quanto aos procedimentos metodológicos adotados para a escavação das quadras de 1m x 1m (unidades de escavação), descrevendo, por exemplo, os equipamentos utilizados, controle estratigráfico, localização por níveis natural ou artificial dos materiais arqueológicos encontrados;
3. Localização, em mapa(s), das tradagens, unidades de escavação, coletas de superfície e vistorias;
4. Apresentar metodologia e resultados das ações de Educação Patrimonial. Ampliar ao público escolar o atendimento das ações de Educação Patrimonial.

Informa-se que o pagamento da parcela referente à Etapa 3 dos “Serviços de Arqueologia” do referido contrato estará condicionada a apresentação e aprovação do Relatório Final e atendimento das condicionantes acima elencadas.

ppb



Sem mais para momento, colocamo-nos à inteira disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

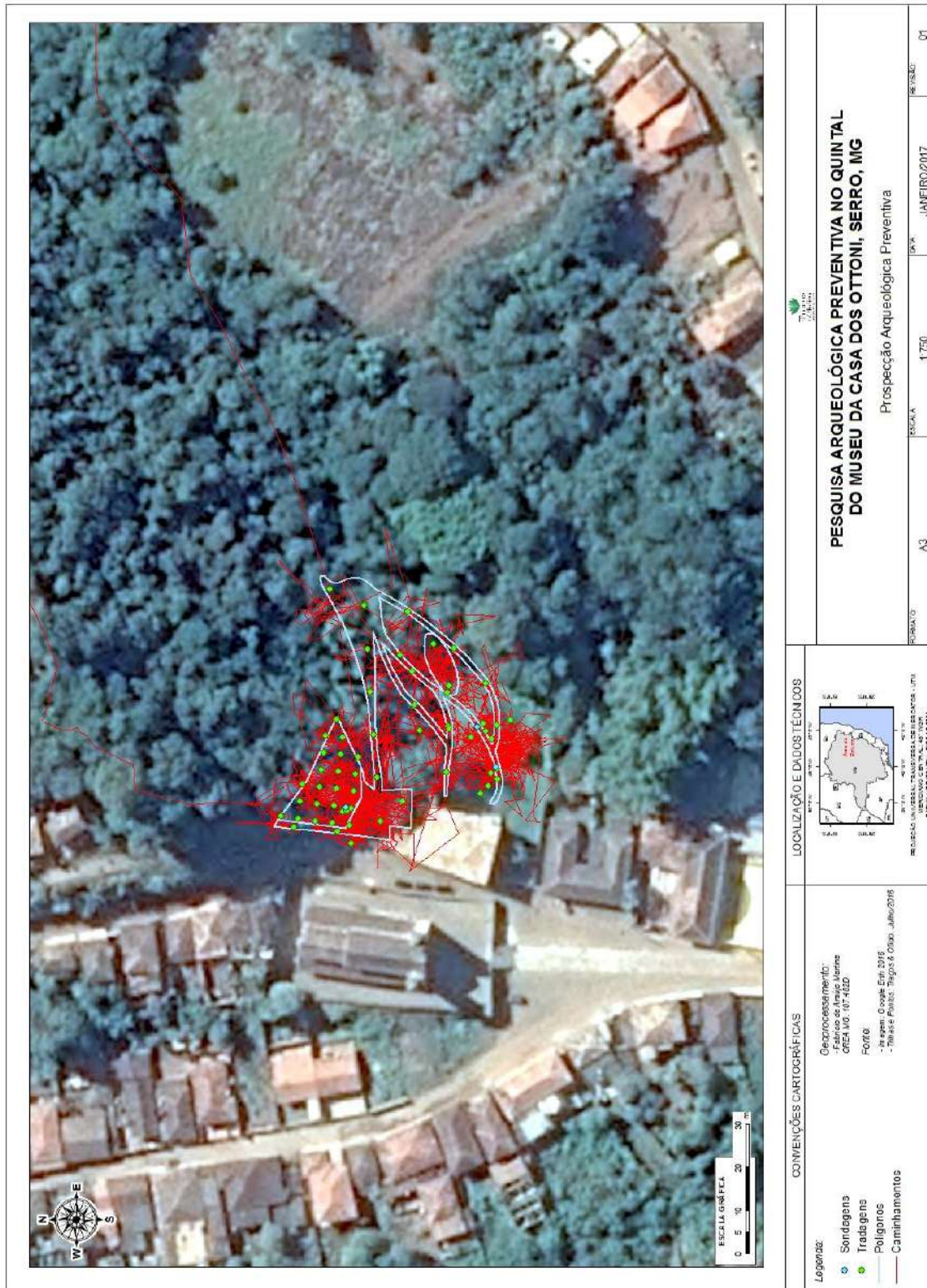
Rosângela de Mendonça Guimarães
Chefe do Gabinete
IPHAN-MG Mat. Slape 2224074

Atenciosamente

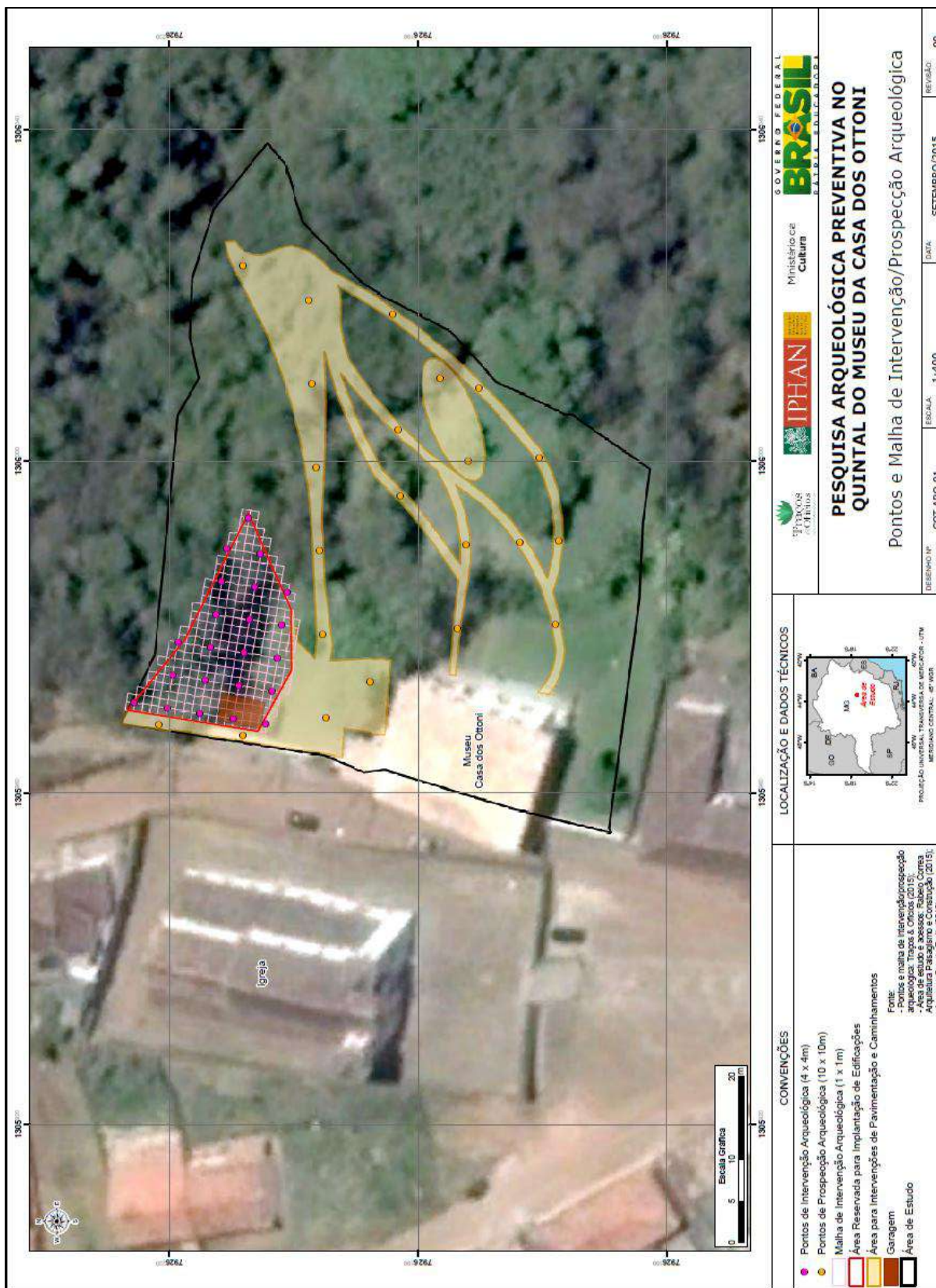
CÉLIA MARIA CORSINO
Superintendente do IPHAN-MG

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

9.3.ANEXO 3: PONTOS E MALHA DE INTERVENÇÃO/PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA





























9.4.ANEXO 4: MAPA DE INTERVENÇÕES E CAMINHAMENTOS

















9.5.ANEXO 5: DOSSIÊ FOTOGRÁFICO DE PROCEDIMENTOS ARQUEOLÓGICOS

TRADAGENS







SETOR	PONTO	FOTOS	
Área 01	1		
Área 01	2		
Área 01	3		
Área 01	4		
Área 01	5		
Área 01	6		

SETOR	PONTO	FOTOS	
Área 01	7		
Área 01	8		
Área 01	9		
Área 01	10		
Área 01	11		
Área 01	12		
Área 01	13		

SETOR	PONTO	FOTOS	
Área 01	14		
Área 01	15		
Área 01	16		
Área 01	17		
Área 01	18		
Área 01	19		
Área 01	20		

SETOR	PONTO	FOTOS	
Área 01	21		
	22		
Área 02	1		
	2		
	3		
	4		
	5		












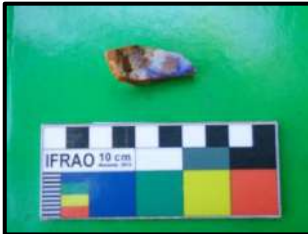


SETOR	PONTO	FOTOS	
Área 02	6		
Área 02	7		
Área 02	8		
Área 02	9		
Área 02	10		
Área 02	11		
Área 02	12		

SETOR	PONTO	FOTOS
Área 02	13	
Área 02	14	
Área 02	15	
Área 02	16	
Área 02	17	
Área 02	18	
Área 02	19	

SETOR	PONTO	FOTOS
Área 02	20	 
Área 02	21	 
Área 02	22	 

PONTOS DE COLETA DE SUPERFÍCIE E SONDAGENS/UNIDADES DE ESCAVAÇÃO

SETOR	PONTO	FOTOS
Área 01	UE01	
		
		
		
		
		
Área 02	UE02 (Ampliação T17)	
		
		
		
	UE02 (Ampliação T17)	
		

SETOR	PONTO	FOTOS
		 
	UE03 (Ampliação T19)	 
		 
	CS01	 
	CS02	 
	CS03	 
	CS04	 

9.6.ANEXO 6: DOSSIÊ FOTOGRÁFICO DAS PEÇAS SUBMETIDAS À CURADORIA



CS01: Vidro e louça.



CS02: Louça.



CS04: Louça e cerâmica.



CS03: Louça.



P09:



P10: Louça e cerâmica.



P13: Louça, cerâmica e vidro.



P14: Louça.



P16: Louça.



P17: Louça, vidro, cerâmica e lítico (painel).



P19: Vidro e metal.



P19: cerâmica.



P20: Louça.



P20: Vidro.



P20: Lítico(panela)



P21: Cerâmica.



P31: Cerâmica e lítico (panela).



P40: Vidro e cerâmica.



UE01: Cerâmica.



UE01: Louça.



UE01: Metal.



UE01: Vidro.



UE02: Botão.



UE02: Cerâmica.



UE02: Lítico (panela).



UE02: Louça.



UE02: Ossos.



UE02: Vidro.



UE03: Cerâmica.



UE03: Lítico (panela).



UE03: Louça.



UE03: Vidro.



UE03: Metal.



UE03: Tijolo.

9.7.ANEXO 7: DOCUMENTOS DIGITAIS